



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**



WANDA MARIA DE SOUSA BORGES FILHA

**QUILOMBO DO CURIAÚ NO AMAPÁ:
HISTÓRIAS, SABERES E AFRICANIDADES**

MACAPÁ
OUTUBRO/2022

QUILOMBO DO CURIAÚ NO AMAPÁ: HISTÓRIAS, SABERES E AFRICANIDADES

Defesa do Trabalho de Conclusão de Mestrado apresentada ao Colegiado do Mestrado Profissional em Ensino História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), na área de Concentração do Ensino de História, no âmbito da Linha de Pesquisa Saberes Histórico no Espaço Escolar como requisito final para obtenção do título de mestra em Ensino de História

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Cecília Maria Chaves Brito Bastos

MACAPÁ
OUTUBRO/2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

B732 Borges Filha, Wanda Maria de Sousa.

Quilombo do Curiaú no Amapá: história, saberes e africanidades / Wanda Maria de Sousa Borges Filha. - 2022.

1 recurso eletrônico. 158 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação Profissional em História, Macapá, 2022.

Orientadora: Cecília Maria Chaves Brito Bastos.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Ensino de História. 2. Educação Antirracista. 3. Decolonialidade. I. Bastos, Cecília Maria Chaves

Brito, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 981.16

BORGES FILHA, Wanda Maria de Sousa. Quilombo do Curiaú no Amapá: história, saberes e africanidades. Orientadora: Cecília Maria Chaves Brito Bastos. 2022. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

WANDA MARIA DE SOUSA BORGES FILHA

**QUILOMBO DO CURIAÚ NO AMAPÁ:
HISTÓRIAS, SABERES E AFRICANIDADES**

Data da Apresentação: 11 de outubro de 2022

Banca Avaliadora



Prof.^a Dra. Cecília Maria Chaves Brito Bastos
(Presidenta/Orientadora/UNIFAP)



Prof. Dr. David Junior de Souza Silva
(Membro Interno/UNIFAP)



Prof. Dr. Giovanni José da Silva
(Membro Externo ao Programa /UNIFAP)



Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco
(Membro Externo à Instituição/UFPA)

Especialmente dedico este trabalho ao meu inesquecível pai Edgar Nogueira Borges (*in memoriam*), por sempre ter acreditado na educação, mesmo não tendo a oportunidade de escolarizar-se e que não mediu esforços para me ajudar a chegar nesse momento tão especial da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é, sobretudo partilhar vivências, experiências e momentos memoráveis, assim como entender que ninguém vence sozinho na caminhada da vida. Serei eternamente grata à todos que me ajudaram, me deram força para lutar, conquistar e realizar sonhos.

Dizer obrigada, às vezes, nem sempre é suficiente para agradecer as imprescindíveis e gentis pessoas que estiveram comigo na jornada do árduo percurso da conclusão do Mestrado em Ensino de História, no qual houve momentos bons e aqueles mais difíceis, que, no entanto, só foram superados porque recebi ajuda, acolhimento, compreensão, amparo de verdade.

Talvez não existam palavras suficientes e significativas que me permitam agradecer a vocês familiares, amigos e mestres, com justiça, com o devido merecimento. Mas tudo que posso fazer e dizer é que sou extremamente grata por nunca terem soltado minha mão e nem me deixado desistir.

Primeiramente agradeço a **Deus** pela vida, saúde, sabedoria e força para manter-me firme diante das tormentas, me ajudando a me recompor, fortalecer-me e seguir, mesmo que os ventos contrários tentassem me impedir de continuar sonhando.

Gratidão à Professora Dra. **Cecília Maria Chaves Brito Bastos** por ser minha orientadora. Seu acolhimento, amizade e excelência profissional, sua humildade, suas generosas palavras e orientações foram fundamentais para que chegássemos a esse momento vitorioso, sua dedicação e, sobretudo compromisso com seus orientandos e com o ensino é inspirador, uma força que contagia e nos faz sonhar com o possível. A maneira como lidou com minhas limitações e com os problemas que enfrentei no percurso do mestrado me levantaram, me resgataram. Então só tenho mais admiração e gratidão pela luz que você representa para mim e para muitos também.

Agradeço ao querido “dileto” Professor Dr. **Giovani José da Silva** por ter me encantado nas aulas do mestrado, ter me acolhido quando estava sem orientador, plantou a semente da elaboração do material didático, disse-me que meu sonho era possível e assim me conduziu até a qualificação, muito obrigada dileto.

Agradeço ao meu esposo **Aginaldo Silva Amaral**, pelo apoio incondicional, as minhas filhas **Vívian** e **Ágatha** por suportarem os momentos de ausência e me afagarem com seu amor.

Aos meus queridos pais, minha mãe **Wanda Maria de Sousa Borges** e meu amado pai **Edgar Nogueira Borges**, (*in memoriam*), um homem inspirador, a frente de seu tempo, que mesmo sem escolaridade sempre acreditou na educação e fez o impossível para que eu pudesse sonhar e tornar meus sonhos realidade. Por um momento cheguei a desistir do mestrado quando ele partiu, mas me voltei para a fé que ele carregava, consegui me reerguer e segui. Obrigada meu velho, jamais o esquecerei, assim como sua fé, representada na frase que você adorava professar: “O pensamento cria, o desejo atrai e a fé conquista” (Augusto Nunes).

Agradeço também aos meus queridos irmãos e irmãs, Ely, Elenise, Geany, João, Edgar, Eder, Márcio e Gean, pela força, carinho e compreensão pela ausência.

Aos meus amáveis amigos da Turma do Profhistória 2019 da Universidade Federal do Amapá pela amizade, cooperação, apoio e força, em especial ao José Carlos Filgueira Menezes (*in memoriam*), Eliana, Luís Antônio, Hedilano e Ocilene.

RESUMO

Esta pesquisa se refere à necessidade de inclusão da temática afro-brasileira nas escolas do Amapá e do Brasil. Assim, o objetivo foi elaborar um material didático para docentes do ensino fundamental focalizando o Quilombo do Curiaú, no estado do Amapá, como modo de ensinar a História e a cultura afro-brasileira, a partir de uma perspectiva decolonial e de uma educação antirracista. O apoio teórico deste trabalho ancorou-se no diálogo entre Ensino de História, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Decolonialidade, diálogo necessário para questionar a matriz colonial de poder vigente na trama social e educativa, que demarca o discurso hegemônico eurocêntrico e o processo de estereotipia e folclorização dos povos afro-brasileiros, ainda presente no espaço escolar, sobretudo nos currículos e nos materiais didáticos das escolas brasileiras. Nessa perspectiva, foi construído um recurso didático intitulado “Quilombo do Curiaú no Amapá: Histórias, Saberes e Africanidades”, acompanhado de um Texto de Apoio, com base em pesquisas bibliográficas, documentais e de campo (observações etnográficas). O material evidencia alguns contextos históricos, territoriais, econômicos e culturais, expressados pelos modos de ser, de sentir e de viver das gentes do Quilombo do Curiaú. Como resultado dessa pesquisa, apresenta-se o material didático, com conteúdo e atividades relacionadas as comunidades que formam o Quilombo do Curiaú, para que possa provocar reflexões e questionamentos acerca das representações e das narrativas depreciativas de subalternidade e de invisibilidade impostas aos povos afro-brasileiros e possa servir como ferramenta para que docentes do ensino fundamental ajudem a combater racismos no espaço escolar e na sociedade.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação Antirracista. Decolonialidade. Material Didático. Quilombo do Curiaú.

ABSTRACT

This research refers to the need to include the Afro-Brazilian theme in schools in Amapá and Brazil. Thus, the objective was to develop educational material for elementary school teachers, focusing on the Quilombo Community of Curiaú in the state of Amapá, to teach Afro-Brazilian history and culture, from a decolonial perspective and an anti-racist education. The theoretical support of this work was anchored in the dialogue between History Teaching, Education for Ethnic-Racial Relations, and Decoloniality - necessary dialogue to question the colonial matrix of power in force in the social and educational fabric, which demarcates the Eurocentric hegemonic discourse and the process of stereotyping and folklorization of Afro-Brazilian peoples, still present in the school space, especially in the curricula and teaching materials of Brazilian schools. In this perspective, an Educational Catalog was built entitled "Quilombo do Curiaú: Histories, Memories, Knowledge and Africanities", accompanied by a Supporting Text, based on bibliographic, documentary and field research (ethnographic observations). The Catalog highlights some historical, territorial, economic, and cultural contexts, expressed by the ways of being, feeling and living of the people of Quilombo do Curiaú. As a result of this research, it is expected that the educational material, with a focus on the Quilombo of Curiaú, can provoke reflections and questions about the representations and derogatory narratives of subalternity and invisibility imposed on Afro-Brazilian peoples and that it will be a tool for them to elementary school teachers help to combat racism in the school space and in society.

Keywords: Teaching History. Anti-racist Education. Decoloniality. Educational Material. Quilombo of Curiaú.

LISTA DE SIGLAS

APA - Área de Proteção ambiental do Rio Curiaú

ARIE- da Área de Relevante Interesse Ecológico

ADCT - Atos das Decisões Constitucionais Transitórias

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CEMA - Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente (CEMA),

DCA- Diretriz Curricular Amapaense

DCERER Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais

DOU- Diário Oficial da União

FCP – Fundação Cultural Palmares

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística

INCRA Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária

LDBEN Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NEER - Núcleo de Educação Étnico-Racial

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

PDSA - Programa de Desenvolvimento Sustentável

PEE - Plano Estadual de Educação do Amapá Diretriz Curricular Amapaense

PPP Projeto Político Pedagógico

SEAFRO - Políticas públicas da Secretaria Extraordinária de Políticas para os Povos

Afrodescendentes

TCM- Trabalho de Conclusão de Mestrado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO.....	17
2 CURRÍCULO E MATERIAIS DIDÁTICOS PRECISAM SER PROBLEMATIZADOS.....	27
2.1 CURRÍCULO ESCOLAR E CURRÍCULO AMAPAENSE.....	27
2.2 REFLEXÕES SOBRE MATERIAIS DIDÁTICOS.....	34
3 ELABORAÇÃO DO CATÁLOGO EDUCACIONAL.....	38
4 REFERÊNCIAS DO TEXTO DE APOIO.....	45
APÊNDICE – MATERIAL DIDÁTICO “QUILOMBO DO CURIAÚ: HISTÓRIAS, SABERES E AFRICANIDADES”	48

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura política do Brasil mostra-se preocupante, diante da volta do velho discurso do mito da democracia racial, que serve para mascarar as desigualdades e o racismo. Esse discurso ganhou força com o avanço do pensamento conservador e a ascensão a presidência da república de um governante da direita liberal, declaradamente contra políticas públicas afirmativas destinadas às pessoas que, historicamente, foram subalternizadas, como negros e indígenas. Esse cenário político, tem possibilitado ataques não somente às pessoas afrodescendentes e indígenas, mas também, às ações afirmativas e reparadoras que lhes são destinadas à custa de muita luta dos movimentos sociais.

Essas ações afirmativas constituem medidas políticas que visam minimizar a exclusão social, cultural e econômica de indivíduos pertencentes a grupos que sofreram ou sofrem discriminação. As políticas afirmativas são recursos e benefícios que visam interromper processos históricos de discriminações a pessoas como negros, indígenas e outros coletivos. Neste sentido, combater a cultura do racismo e das desigualdades sociais latentes na sociedade brasileira se tornou urgente e necessário. Um desafio para sociedade em geral e, principalmente, para os movimentos sociais negros.

Mas, esse desafio ainda é maior para as escolas e para os agentes educacionais, que têm priorizado o ensino eurocêntrico, do branco como modelo ideal de cultura e saber. Modelo que reforça desigualdades e preconceitos à afro-brasileiros. Desse modo, as políticas públicas e reparadoras, como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, podem contribuir para combater o racismo e as desigualdades, bem como, possibilitar a escrita de um novo capítulo para a história dos povos negros, histórias, muitas vezes, subalternizadas pela historiografia.

Não se pode negar o caráter excludente da escola brasileira, com sua estrutura rígida e inadequada à população negra deste país. Isto significa que a escola deve se libertar das amarras do racismo, procurando se tornar um espaço de inclusão da diversidade, da tolerância e do respeito as populações afrodescendentes e indígenas. Contudo, Santos (2001) afirma que a escola apesar de ser excludente, tem um papel importante na construção de uma cultura que deve ir além do respeito às diferenças e a tolerância. A escola poderá possibilitar que todas as vozes possam ecoar em seu espaço.

De igual modo, o ensino de História deve ser colocado como meio para sensibilizar, valorizar e fortalecer as identidades afro-brasileiras, no sentido de

desconstruir preconceitos e estereótipos atrelados a esses povos e seus descendentes. A História ensinada deve servir para trazer mudanças para as escolas e para problematizar práticas docentes, currículos e materiais didáticos; deve colaborar para trazer outras narrativas, que possam desconstruir imagens deturpadas sobre as populações afro-brasileiras, que em geral são representadas no contexto da escravidão, eivado de estereotípias. Ensinar História deve servir como contraponto a visão eurocêntrica, pois, ao se priorizar a educação eurocêntrica na educação formal, desqualifica-se a África, os africanos e seus descendentes.

Portanto, torna-se urgente que o ensino de História possa contribuir para trazer histórias outras, narrativas outras. Nessa direção, a Educação das Relações Étnico-Raciais lança nova perspectiva para o ensino de História, como um dos principais instrumentos para a eliminação dos racismos e das injustiças sociais.

Com base nessa perspectiva e considerando minhas experiências com o ensino de História, há quase 25 anos, trago a importância e a necessidade da inclusão da temática afro-brasileira nas escolas do Amapá e do Brasil. Temática que passou a fazer parte de minhas práticas educativas, desde que tomei conhecimento da Lei nº 10.639, de 2003. Contudo, ressalto que não pude trabalhar essa temática satisfatoriamente nas aulas de História, pois, senti dificuldade para acessar materiais didáticos destinado ao ensino fundamental e pelo pouco aparato teórico e metodológico para efetivamente proporcionar aos discentes uma pedagogia antirracista.

A possibilidade de trabalhar com a temática afro-brasileira surgiu em 2019 com o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Nesse mestrado pude estudar disciplinas, como “Currículo de História: Produção de Identidades e Diferenças”, que serviram como um espaço de questionamento do discurso hegemônico, colonial e eurocêntrico, ainda presente no ensino de História.

Nas aulas do ProfHistória uma antiga ideia veio à tona: trabalhar com o Quilombo do Curiaú. Esse Quilombo está localizado na zona periurbana da cidade de Macapá. Tem grande influência no contexto histórico e cultural do estado do Amapá e foi a primeira comunidade remanescente de quilombolas a ser titulada, em 1999, pela Fundação Cultural Palmares. A importância e o legado cultural do Curiaú são refletidos em seus saberes, práticas, modos de vida e na garantia de proteção seu patrimônio cultural e territorial, com influência direta nas melhorias na qualidade de vida de suas gentes, assim como garantias e assistência dos serviços públicos tão essenciais para seu desenvolvimento e fortalecimento.

Porém, apesar de existirem cerca de 200 comunidades quilombolas identificadas no estado do Amapá, entre elas o Quilombo do Curiaú, (dados do site do governo, 2021) e de ter uma produção razoável de pesquisas acadêmicas, ainda temos carência de materiais didáticos com foco nessas comunidades, que sirvam para subsidiar docentes e discentes do ensino fundamental.

Essas constatações me levaram a perceber a importância de trazer reflexões e debates para as escolas. Assim, nas orientações do Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM), professor Giovani José da Silva me apresentou a possibilidade de construir um produto educacional, um Atlas Étnico-Histórico com foco no Quilombo do Curiaú. Um material para fugir da história única, aquele que provoca estereótipos, deturpação e invisibilidade, conforme alerta a ativista negra Adiche (2019). Com esse propósito qualifiquei em 2020.

Contudo, em 2021 tive que desistir do Atlas, em decorrência da pandemia provocada pela Covid-19. Pandemia que me afetou profundamente, tanto por sofrer as consequências dessa doença física e psicologicamente, como por perder parentes, amigos e colegas, entre eles, meu amado pai e um amigo colega do ProfHistória. Além das consequências da Covid-19, meu orientador pediu afastamento da instituição.

A partir de 2021, sob a orientação da professora Cecília Bastos, decidi continuar o trabalho com foco no Quilombo do Curiaú e na possibilidade de construir um produto para colaborar com o fortalecimento da Educação para as Relações Étnico-Raciais e com a História Local.

Nessa nova etapa, destaquei na pesquisa o seguinte objetivo: elaborar um material didático para docentes do ensino fundamental, focalizando o Quilombo do Curiaú no estado do Amapá, para ensinar a História e a cultura afro-brasileira, a partir de uma perspectiva decolonial e de uma educação antirracista. Com esse objetivo passei a produzir um material educacional intitulado **Quilombo do Curiaú no Amapá: Histórias, Saberes e Africanidades**.

Ao idealizar esse produto pedagógico, a primeira condição estabelecida foi de trabalhar a história e a cultura africana e afro-brasileira de maneira insurgente, numa perspectiva decolonial, buscando a superação da colonialidade do poder, do ser e do saber. A professora e pesquisadora Catherine Walsh (2009) me conduziu para este campo de investigação ao trazer-me reflexões sobre a luta de povos que foram subalternizados e a necessidade de resistir aos padrões de poder, práticas da colonialidade, que envolve a dominação e subjugação de um povo sobre o outro. Walsh

defende a ruptura com o eurocentrismo para superação do poder, do ser e do saber dominante. Nesse sentido, aponta a interculturalidade crítica como importante ferramenta para um novo projeto de sociedade e de seres humanos.

Walsh enfatiza que a interculturalidade crítica está relacionada à perspectiva decolonial e deve ser compreendida como um processo e projeto intelectual e político orientado à construção de modos outros de poder, saber e ser. Assim define o que entende por decolonialidade:

É assinalar a necessidade de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que posicionam de modo diferenciado grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que, ao mesmo tempo ainda é racial, moderna e colonial. Uma ordem da qual todos de alguma forma participamos. Assumir esta tarefa implica um trabalho decolonial, dirigido a romper cadeias e desescravizar às mentes (como afirmavam Zapata Olivella e Malcolm X); a desafiar e destruir as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade-estruturas até agora permanentes que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos. É isto a que me refiro quando falo da decolonialidade (WALSH, 2007, p. 9).

Walsh (2007) afirma, tendo como referência os movimentos sociais indígenas equatorianos e afro-equatorianos, que a decolonialidade questiona a desumanização e considerar as lutas dos povos historicamente subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber. Portanto, decolonialidade é visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas. Isto significa que a decolonialidade representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber.

Candau (2020) corrobora com Walsh ao afirmar que a perspectiva decolonial permite radicalizar a proposta da educação intercultural crítica. Propõe que nos situemos a partir dos sujeitos sociais inferiorizados e subalternizados; sujeitos negados pelos processos de modernidade-colonialidade hegemônicos, mas que resistem e constroem práticas e conhecimentos insurgentes numa perspectiva contra hegemônica. A autora explicita, ainda, que a interculturalidade crítica questiona fortemente o eurocentrismo, afirmando a pluralidade epistêmica presente nos diversos grupos humanos; desenvolve uma visão da história multifacetada e plural, que não pode ser reduzida a uma linearidade; reconhece as contribuições do eurocentrismo, mas nega sua universalidade.

Enfim, para Candau (2020) o eurocentrismo trata-se de uma produção particular que foi/é universalizada e que deve entrar em diálogo com outras

epistemologias que foram negadas, inferiorizadas ou mesmo destruídas. Neste sentido, reconhecer esta realidade e promover processos de (re) construção de conhecimentos-outros é uma preocupação fundamental da educação intercultural crítica e decolonial que deve mobilizar uma nova perspectiva para se conceber e desenvolver os currículos escolares.

Considerando a perspectiva da pedagogia decolonial e antirracista seguiu algumas etapas metodológicas para composição do Produto Educacional:

1) Levantamento e sistematização das referências bibliográficas (livros, dissertações, teses e artigos) focadas nas abordagens teóricas sobre Ensino de História, Decolonialidade, História afro-brasileira e Relações Étnico-Raciais e História do Curiaú. A pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, exploratório e explicativo, levou-me para a apropriação de novas abordagens sobre ensino de História e a temática quilombola, contribuindo para possíveis ressignificações das representações e das identidades dos afro-brasileiros.

2) Estudo e sistematização das legislações pertinentes ao tema. No âmbito nacional: Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB, 1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN- Lei nº 9.394/1996); Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017, com dados do Ensino Fundamental de História); Lei 10.639/2003 (que alterou a Lei nº 9.394/1996, estabelecendo a inclusão da obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira") e Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (homologadas, em 2004, pelo Conselho Nacional de Educação-CNE). No estado do Amapá: Lei nº. 1196/ 2008 (que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da Educação Básica do Amapá); Lei Estadual nº 1183/08, (que institui a História do Amapá no ensino Fundamental); Diretriz Curricular Amapaense (2016) e Referencial Curricular Amapaense (RCA/2019). A legislação foi analisada com foco nos componentes curriculares de História e Estudos Amapaenses e Amazônicos, analisando-se os espaços destinados a cultura afro-brasileira (quilombola) e ao tratamento dado as relações étnico-raciais na educação escolar.

3) Outros documentos oficiais foram pesquisados e sistematizados. Documentos voltados para a questão ambiental do Curiaú: Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDSA/1995), documentos e decretos da Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente (CEMA), da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) e o Decreto Nº 89.336, de 31.01.1984 (que dispõe sobre as reservas ecológicas e

áreas de relevante interesse ecológico). Esses documentos fomentaram as políticas públicas desenvolvimentistas para as áreas ambientais da Comunidade do Curiaú. Documentos relativos aos dados demográficos, econômicos e territoriais: Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA responsável por titular os territórios quilombolas); Decreto de Titulação das Terras do Curiaú em 1999 (site da Fundação Palmares) e Decreto de Certificação do Quilombo do Curiaú em 2013 (Diário Oficial da União).

4) Visita de campo ao Quilombo do Curiaú com observações etnográficas. Foram realizadas, entre 2020 e 2022, visitas e observações nas comunidades do Curiaú (Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora e Extrema) e na Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú. Durante as observações foram coletados elementos históricos, territoriais, econômicos e culturais, tais como: modos de ser, de sentir, de produzir e de viver. Porém, consegui fazer observações com anotações, conversas informais e aquisição de fotografias. Também adquiri algumas ilustrações feitas (exclusivamente para o material didático) pelo artista curiaúense Rosinaldo Miranda Silva, conhecido como M Silva. Nesse momento da pesquisa acompanhei algumas celebrações e rituais religiosos e artísticos. Registro aqui a minha impossibilidade de acessar as pessoas do Quilombo como gostaria, devido ao momento pandêmico, provocado pela Covid-19.

Essa experiência de pesquisa foi consolidada por algumas reflexões construídas nesse Texto de Apoio, que foi organizado em três tópicos principais. O primeiro, problematiza a necessidade de um diálogo entre ensino de História e a Educação para as Relações Étnico-Raciais. O segundo, aborda as problematizações acerca dos currículos e dos materiais didáticos alicerçadas pela perspectiva decolonial e antirracista. O terceiro, descreve o Produto Educacional **Quilombo do Curiaú no Amapá: Histórias, Saberes e Africanidades**.

1 ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

Construir um material didático acerca do Quilombo do Curiaú remete a necessidade de perguntar: por que as histórias dos quilombos no Brasil não são trabalhadas na História ensinada? Essa indagação evoca reflexões sobre qual tem sido o papel do Ensino de História no Brasil, remetendo-nos a outras questões como: O que se tem ensinado na disciplina de História? Que conhecimentos e conteúdos têm sido colocados nos currículos escolares e nos materiais didáticos? Por que persiste nas salas de aula do ensino básico a ausência de experiências e trajetórias de povos não europeus, como indígenas e afro-brasileiros?

Para entendimento desses questionamentos é preciso situar brevemente como o ensino de História foi sendo configurado no contexto brasileiro, bem como para repensar e discutir sobre sua aplicabilidade na educação.

O marco inicial da História como disciplina escolar advém do Colégio Pedro II em 1822. Nesse contexto, o ensino de História era pautado pela abordagem da História Sagrada, da História Universal e da História da Pátria. Essas abordagens definiram o que podia e o que não podia ser ensinado sobre a História do Brasil. A respeito disso Fonseca enfatiza que:

A constituição da História como disciplina escolar no Brasil- com objetivos definidos e caracterizada como conjunto de saberes originados da produção científica e dotado, para seu ensino, de métodos pedagógicos próprios- ocorreu após a independência, no processo de estruturação de um sistema de ensino para o Império. Nas décadas de 1820 e 1830 surgiram vários projetos educacionais que, ao tratar da definição e da organização dos currículos, abordavam o ensino de História, que incluía a “História Sagrada”, a “História Universal” e a “História Pátria”. O debate em torno do que ser ensinado nas escolas, e como isso seria feito, expressava, de certa forma, os enfrentamentos políticos e sociais que ocorriam então no Brasil, envolvendo os liberais e os conservadores, o Estado e a Igreja. (FONSECA, 2017, p.46)

Para Fonseca, no século XIX, a constituição da História como disciplina escolar, atrelada a Igreja e ao Estado, expressa o papel que o ensino de História desempenhou. Um ensino vinculado aos interesses ideológicos, partidários e governamentais durante os enfrentamentos políticos e sociais vividos pelo país nesse período.

Desde o século XIX os vínculos da história ensinada com os interesses do Estado brasileiro, vem configurando as abordagens manifestas nos currículos escolares, nos conteúdos de materiais didáticos e nos objetivos educacionais em cada

contexto histórico. Assim, o ensino de História, geralmente, tem expressado a forte influência do eurocentrismo, provocando o silenciamento de histórias e saberes de povos não europeus ou diluindo-se essas histórias em tópicos descontextualizados, sem problematizações. Essa perspectiva de ensino faz com que os povos afro-brasileiros “desapareçam de cena”, como afirma Bitencourt (2013, p.101).

Dessa forma, o ensino eurocêntrico e colonizador é uma tendência constante nos currículos e nos materiais didáticos de História, locais em que os povos afro-brasileiros somente existem no período da colonização e na condição de escravizados. Isso, de certa forma, demonstra o porquê das trajetórias e das experiências desses povos terem sido excluídas e silenciadas na história brasileira. Para José da Silva e Meireles:

O Ensino de História no Brasil ainda é pautado pelo eurocentrismo, pela ideia de que a história do país é apenas uma derivação da chamada expansão europeia e pela negação do protagonismo de populações indígenas, a frica nas e seus descendentes, além de outros povos que, ao longo do tempo, formaram a atual população brasileira. (JOSÉ DA SILVA; MEIRELES, 2017 p 8.)

Os autores enfatizam que o racismo promovido pelos currículos escolares e pelo ensino de História durante muito tempo apagou o protagonismo de africanos, afro-brasileiros e indígenas ao priorizar a cultura europeia e o branco como ideal de cultura e civilidade e desenvolvimento. Esse apagamento existe, mesmo com um percentual de 56,8% da população se declarando preta e parda, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Isso evidencia que o ensino de História precisa mudar, pois o Brasil é uma nação pluriétnica. É preciso efetivamente incluir a diversidade étnica e cultural nos currículos e nos materiais didáticos, provocando outras concepções e interpretações diferentes das que atualmente estão prescritas nos documentos escolares.

Conforme Gomes (2001), é urgente que, nós educadores, façamos as seguintes reflexões: é preciso ensinar nas escolas, reconhecendo interesses, diversidades e diferenças sociais; é preciso pensar a importância da diversidade nos currículos e como lidar pedagogicamente com ela; é preciso entender a diversidade como uma construção histórica, cultural, que ultrapassa as características biológicas.

Não devemos esquecer que a diversidade está presente nas escolas, por meio de discentes e docentes com diferentes pertencimentos étnico-raciais. Assim, o ensino de História deve servir para combater preconceitos, racismos e todo tipo de desigualdades sociais. A História ensinada deve considerar outras perspectivas de

ensino, que ajudem os indivíduos a compreenderem nos processos históricos nos quais estão inseridos, de modo a se perceberem como sujeitos históricos, capazes de escrever sua história e produzir cultura e cidadania.

A construção da cidadania deve ser o principal pilar do ensino de História, pois a cidadania implica no reconhecimento do sujeito enquanto ser social e histórico, capaz de compreender e fazer uma leitura crítica da realidade na qual está inserido, mesmo diante de um cotidiano repleto de contradições e injustiças, permeado muitas vezes de incertezas, de falta de oportunidade. Neste sentido, Bittencourt esclarece sobre a contribuição da história na formação da cidadania e raciocínio histórico. Diz a autora:

[...] a história deve contribuir para a formação do indivíduo comum, que enfrenta um cotidiano contraditório, de violência, desemprego, greves, congestionamentos, que recebe informações simultâneas de acontecimentos internacionais, que deve escolher seus representantes para ocupar os vários cargos da política institucionalizada. Este indivíduo que vive o presente deve, pelo ensino da História, ter condições de refletir sobre estes acontecimentos, localizá-los em um tempo conjuntural e estrutural, estabelecer relações entre os diversos fatos de ordem política, econômica e cultural [...]. Temos que o ensino de História deve contribuir para a libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que cidadania não se constitui em direitos concedidos, mas tem sido obtida em lutas e em diversas dimensões (BITTENCOURT, 2008, p.20)

Bittencourt reforça o papel social da História na construção da cidadania dos estudantes, ressaltando que o ensino de História tem como função contribuir para a libertação dos sujeitos do tempo presente. Essa libertação implica na conquista de autonomia. Ser capaz de pensar por si, fazendo leituras críticas do contexto social no qual está inserido. Compreendendo que, historicamente, a cidadania vai além de direitos concedidos.

Desse modo, o ensino de História pautado na cidadania deve primar pela escrita de narrativas que faça justiça aos afro-brasileiros, ainda invisibilizados pela história oficial colonialista. Isto implica em recontar essas histórias. Reparar ou minimizar as injustiças sofridas e, prioritariamente, conter as desigualdades sociais e racismos.

É importante explicitar que a inclusão da diversidade étnico-racial na educação básica só foi possível pela insistência de vários setores da sociedade (educação, artes, sindicatos, professores) e, especialmente, pelos movimentos negros, que durante

décadas questionaram os currículos escolares e o ensino de História, que tratam negros e indígenas como inferiores e o branco como o modelo ideal de cultura e civilidade.

Os movimentos negros foram e estão sendo fundamentais na transformação social em áreas que o Estado é incapaz de atuar pelos interesses de seus membros, ou por não querer fazê-lo. A importância do movimento negro reside na penetração de espaços onde os governos não promovem ou estão contra os interesses da população, lutando por políticas públicas e justiça social.

É preciso partir do pressuposto de que os movimentos sociais negros são forças e suas ações têm promovido significativas mudanças em vários contextos e, em especial, no ensino, pois se projetam como um movimento educador. Neste sentido, Gomes (2013) afirma que o movimento negro tem um importante papel educador por produzir saberes emancipatórios e, também, por sistematizar conhecimentos concernentes à questão racial no Brasil.

Os movimentos sociais no campo educacional têm sido agentes de transformação social, com ação e luta por equidade e justiça social para os afrodescendentes. Por isso, é necessário o entendimento de que esses movimentos são os principais responsáveis por inúmeras mudanças ocorridas na educação e nos currículos escolares, como a implementação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004) e da Lei nº 12.711/2012 das cotas raciais. Os movimentos atuam em vários setores institucionais, construindo propostas e diálogos como os que fazem no campo da educacional brasileiro. Para Gohn:

A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações. (GOHN, 2011,p,334)

A intervenção do movimento negro junto ao Estado, em defesa dos afro-brasileiros à margem da sociedade e da História, é incansável. É no contexto de lutas e engajamentos com a educação que vemos a importância do ensino de História colaborar com a Educação para as Relações Étnico-Raciais. O fortalecimento dessa relação pode colaborar com a perspectiva de se reescrever a história de povos que foram subalternizados. Guimarães reforça que:

O debate sobre o estudo da história e das culturas africanas e indígenas deve ser situado no contexto da história do Brasil, nas trajetórias das relações entre os diferentes povos que formaram a nação brasileira, reconhecendo como uma das marcas desse processo, a diversidade dos povos e culturas. À semelhança do que ocorreu em distintas regiões da América, desde a colonização portuguesa, houve a valorização dos povos e tradições de matrizes européias em detrimento das populações culturais de matrizes africanas e indígenas, dentre outras. O etnocentrismo de base eurocêntrica, a propagação da superioridade de povos, raças e cultura produziram, por um lado, a cultura do racismo, da exclusão, da marginalização e em contraposição, movimentos de lutas e resistências a esse processo. No Brasil as raízes históricas das lutas, podem ser encontradas nas mais variadas formas resistência dos negros à escravidão no período compreendido entre os séculos XVI e XIX, de modo particular na formação dos quilombos, como o Quilombo de Palmares, por exemplo, que se tornou um símbolo nos embates pela liberdade. (GUIMARÃES, 2012, p.74)

Considerando as afirmações de Guimarães, afirmamos a importância da História ensinada em problematizar as implicações da supervalorização da cultura branca em detrimento da invisibilidade da cultura afro-brasileira, informando a produção de prejuízos incalculáveis para os povos afro-brasileiros, com acentuação de racismos e de exclusões por várias gerações. Problematicar, também, a luta dos afro-brasileiros na formação dos quilombos como de Palmares, símbolo de liberdade, resistência e protagonismo e que tem sua continuidade nos movimentos sociais negros que permanecem na luta por equidade e no debate do papel do negro na sociedade brasileira. Como Pereira enfatiza:

A contínua luta dos militantes negros ao longo do século passado, tanto no que diz respeito à importância da educação quanto à luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, possibilitou a construção de resultados visíveis para o conjunto da população brasileira nos anos recentes, como por exemplo a criação e aprovação da Lei 10.639 em 9 de janeiro de 2003. A referida lei incluiu no currículo oficial das redes de ensino da Educação Básica a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileiras”, e desde então tem trazido oportunidades para a transformação de nossa sociedade em uma sociedade mais democrática de fato. Ao mesmo tempo, sua implementação, visando essa transformação, agora é outra luta. (PEREIRA, 2011, p.11)

Pereira reforça as contribuições de Guimarães (2012) ressaltando a atuação dos movimentos negros no contexto educacional. Explicitando a importância da Lei nº 10.639/2003 para o ensino antirracista, pela valorização da cultura afro-brasileira e pela reavaliação do papel do negro na Historiografia brasileira. A ressignificação desse papel, ainda em construção, é de suma importância rumo ao caminho de reparação e justiça social. Nessa direção, as alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 acrescentou dois importantes artigos:

Art.26-A- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e Cultura Afro-Brasileira. (Incluído pela Lei 10.639/2003, de 9, 1, 2003)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 1º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras. Incluído pela Lei 10.639/2003, de 9, 1, 2003)

Art. 79-A (VETADO); (Incluído pela Lei 10.639/2003, de 9, 1, 2003)

Art.79-B – O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Incluído pela Lei 10.639/2003, de 9, 1, 2003)

Essas alterações forçaram mudanças nos currículos e nas ações dos agentes educacionais, sinalizando para um ensino que abarque a diversidade étnico-racial, a pluralidade cultural, no sentido de incluir os saberes, a História e a cultura afro-brasileira no escopo educacional, ao afirmar a valorização do legado cultural afro-brasileiro e o combate a preconceitos. No entanto, para que isso ocorra é necessário envolvimento de todos os agentes educacionais e de um forte comprometimento com o ensino da pluralidade étnico-racial, visando uma educação antirracista, sustentada, para além do respeito e da tolerância, pela possibilidade de fazer com que todas as vozes possam ecoar no espaço escolar. Assim, Fonseca acrescenta que:

A lei Federal n.10.639/2003 é, em si, um instrumento legal que define a obrigatoriedade do cumprimento daquilo que há muito tempo vinha sendo solicitado por militantes do movimento negro, educadores, ativistas das lutas antirracista no Brasil; determina a construção de uma educação antirracista, por meio do combate a práticas discriminatórias contra negros e seus descendentes no meio escolar e, de forma ampla, no contexto educacional brasileiro (FONSECA, 2009, p. 179.)

Fonseca destaca que a efetivação desta lei já cumpriu um longo processo, com lutas dos movimentos negros, da militância, de muitos educadores e ativistas por uma educação pautada na diversidade cultural. Assim, a inclusão do ensino e cultura africana e afro-brasileira nas escolas é uma conquista que deve caminhar para uma educação e um ensino de História antirracista. Que não privilegie apenas a história dos dominadores, vencedores, mas que retrate a cultura dos demais povos que contribuíram para formação da identidade do país. Domingues ressalta que:

Um país multirracial e pluriétnico não pode aceitar que se escreva apenas a história dos vencedores, ou seja, dos considerados brancos. Embora negada, a história do negro não é irrelevante. Pelo contrário, é tão importante quanto a de qualquer outro segmento da população. Uma história plural pressupõe o registro da diferença, o acolhimento da diversidade e o reconhecimento do “outro” (DOMINGUES, 2003, p.22).

Domingues explicita que não se pode mais insistir em um ensino pautado na História de um único povo, o branco privilegiado, pois o Brasil é um país multirracial e diverso e que a história dos negros, dos indígenas são importantes e devem ser respeitadas, reconhecidas e visibilizadas. Contudo, é preciso criar condições para que Lei nº 10.639/2003 se efetive em sala de aula e provoque mudanças na sociedade. De acordo Gomes (2001, p. 84) “[...] a Educação é um direito social. E colocá-la no campo dos direitos é garantir espaço para à diferença e enfrentar o desafio de implementar políticas públicas e práticas pedagógicas que superem as desigualdades sociais e raciais”. Assim, ressalta que:

A escola brasileira pública e particular, está desafiada a realizar uma revisão de posturas, valores, conhecimentos, currículos na perspectiva da diversidade étnico-racial. Nos dias atuais, a superação da situação de subalternização dos saberes produzidos pela comunidade negra, a presença dos estereótipos raciais nos manuais didáticos, a estigmatização do negro, os apelidos pejorativos e a versão pedagógica do mito da democracia racial (igualdade que apaga as diferenças) precisam e devem ser superados no ambiente escolar não somente devido ao fato de serem parte do compromisso social e pedagógico da escola no combate ao racismo e à discriminação racial, mas, também por força da lei. [...] é somente por força da Lei 10.639/03 que a questão racial começa a ser pedagógica e politicamente assumida pelo Estado, pelas escolas, pelos currículos e pelos processos de formação docente no Brasil. (GOMES, 2002, p. 104)

Gomes indica uma urgente revisão nos currículos e nas práticas pedagógicas das escolas brasileiras, mesmo que isto ocorra por força de lei. Denota que não se pode aceitar uma educação pautada na exclusão de negros e indígenas e seus descendentes. A revisão dos currículos e dos materiais didáticos implica em mudanças de paradigmas com uma nova perspectiva de educação inclusiva e que valorize a diversidade étnico-racial. Uma educação inclusiva, libertadora, justa e pautadas na formação de seres humanos melhores.

Contudo, Sacristán (2000) enfoca que a educação sempre foi considerada um bem em si. Pelas oportunidades que oferece de enriquecimento cultural, social e econômica. No entanto, isso por si só não cria as condições para que as mudanças

ocorram. É preciso que o currículo e a escola estejam comprometidos com a libertação e não com a exclusão de grupos.

Nesse sentido, a escola como espaço privilegiado de convivência entre pessoas de diferentes origens étnicas e culturais e o ensino de História, devem assumir a tarefa na promoção da igualdade e eliminação do racismo. Para Santos:

É tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes, para que o futuro seja escrito a mais mãos. É necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmos. (SANTOS, 2001, p.107)

Santos reforça o papel da escola e do ensino de História na busca por uma ação cultural e política que caminhe para a transformação da sociedade e das relações sociais. Não deve mais permanecer a perspectiva de um ensino eurocêntrico, de caráter excludente. É preciso que o ensino de História seja mobilizado para combater às desigualdades sociais, as exclusões e os racismos. Essa mobilização é reforçada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de História:

Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social, considerando critérios étnicos; valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito pelas diferenças e a luta contra as desigualdades. (PCN História, 1998, p.43)

Isto implica em mudanças no currículo escolar, nos materiais didáticos e no ensino de História como um todo, que deve ser agregado à diversidade étnico-cultural, à cidadania, ao respeito pelas diferenças e ao combate às desigualdades. As políticas educacionais oriundas dos PCN (1998) iniciaram um processo de mudanças nas relações étnico-raciais no ensino, ganhando força com as Leis nº 10.639/2003 e 11.345/2008.

Assim, cabe aos educadores colocarem em suas práticas de sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade, considerando os negros sujeitos históricos, valorizando o pensamento e as ideias de importantes intelectuais, a cultura, a música, a culinária, a dança e as religiões de matrizes africanas. Nesse sentido reforça Bittencourt:

Por intermédio da legislação obrigatória, portanto, temas raciais da sociedade brasileira devem ser incorporados necessariamente como conteúdos curriculares entendendo que as escolas são lugares estratégicos para estudo e debates de tais problemas, uma vez de nelas crianças e jovens, além dos

professores e funcionários, vivenciam continuamente situações discriminatórias e preconceito. (BITTENCOURT, 2018, p. 110)

Para Bittencourt, a incorporação de temas raciais nos currículos, mostra a escola como lugar de vivência de diferentes indivíduos, apresenta-se como palco para os debates. E a partir dos debates criarem as condições para uma educação para o respeito, tolerância e para diversidade cultural.

Deste modo, os estudos desta pesquisa ancoram-se na Lei 10.639/2003, a partir de suas diretrizes, visando o “reconhecimento a respeito da história dos quilombos, dos espaços e dos tempos nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam” (BRASIL, 2012. p.5).

É fato que não tem sido fácil a introdução da história das sociedades afro-brasileira no currículo escolar e nos materiais didáticos. Mesmo diante da força da lei. A implementação de um currículo sobre o paradigma da pluralidade cultural tem sido difícil diante dos setores conservadores, que acusam os estudiosos da cultura indígena e afro-brasileira de promoverem uma verdadeira “distorção do sistema educacional brasileiro”. Segundo Bittencourt:

Mas para além das resistências arraigadas dos tradicionais grupos elitistas e racistas da nossa sociedade, os problemas com a inclusão da história dos povos indígenas brasileiros, da história da África e dos afrodescendentes atingem também os que concordam sobre sua positividade e que compreendem sua dimensão como *conteúdos significativos* e não como “disciplina autônoma”, conforme alegação de seus detratores. (BITTENCOURT, 2018, p.110)

Bittencourt afirma, ainda, que isto implica em uma série de dificuldades e desafios a serem enfrentados pela História ensinada e pelos movimentos negros, inclusive na formação dos professores. Pois, passados quase duas da disposição da lei Lei 10.639/2003, os enfrentamentos permanecem e precisam de soluções. O êxito da inclusão da temática africana e afro-brasileira, bem como da temática indígena, depende do compromisso da escola e de educadores. As práticas escolares eurocêntricas enraizadas nas escolas e currículos precisam ser ocupada pelo ensino da diversidade.

Assim, aqui problematizamos a lei, considerando a possibilidade de questionar currículos e construir materiais didáticos, numa perspectiva antirracista e decolonial frente as narrativas colonialistas e eurocêntricas, a partir de uma releitura da história e valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro, com as mais diversas heranças africanas que temos no Brasil, que se manifestam nos modos de ser, agir, sentir,

conhecer (SILVA, 2005). Assim, as “africanidades brasileiras” perpassam por toda a nossa cultura nacional, são as raízes da nossa cultura com origem africana, e independente de origem étnica dos brasileiros. De acordo com o conceito, “africanidades” são práticas constituídas em nosso processo histórico, com seus valores e o que deles resultam. Está em nosso dia a dia, na culinária, na dança, no jeito de falar, entre outras coisas.

2 CURRÍCULO E MATERIAIS DIDÁTICOS PRECISAM SER PROBLEMATIZADOS

Este tópico desdobra-se em dois pontos para demonstrar a necessidade de problematizar os materiais didáticos, sobretudo o livro didático, e os diferentes tipos de currículos, ressaltando que é preciso perceber nessas ferramentas educacionais a relação de poder, os percursos, os espaços, os territórios, as identidades e os discursos que o permeiam. Enfim, dizer qual trajetória que queremos percorrer ao utilizar os currículos e os materiais dentro da educação, na escola e no processo ensino aprendizagem, bem como para situar a perspectiva que definimos para a elaboração do material educacional **Quilombo do Curiaú no Amapá: Histórias, Saberes e Africanidades**.

2.1 O CURRÍCULO ESCOLAR E O CURRÍCULO AMAPAENSE

O currículo escolar é de extrema importância para o processo ensino-aprendizagem, pois serve como guia para o trabalho pedagógico dos educadores. No currículo deve estar inserido tudo o que será ensinado, na teoria e na prática, como os aspectos humanos e sociais, os comportamentos e os valores que os estudantes vão aprender nas aulas. É a ferramenta de ligação entre escola, cultura e a sociedade. Por isso, deve acompanhar as transformações do mundo e as tendências pedagógicas, visto que estas influenciam o fazer pedagógico dos educadores. Sobre o currículo Silva reflete:

[...] o currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (SILVA, 2019, p. 150).

Assim, é importante entender o que é o Currículo Escolar, conhecer seu conceito, definição e finalidade, para que se possa compreender os discursos e as ideologias imbricados nele. Neste sentido, Currículo Escolar pode ser definido como o caminho que discentes devem percorrer durante toda vida escolar. Pois, nos currículos, estão organizados os conteúdos que deve aprender ao longo do seu estudo em uma instituição de ensino pública ou privada. Atualmente, os currículos escolares no Brasil são construídos a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo, definida pelo Ministério da Educação (MEC).

Isso, evidencia que o currículo escolar não é algo estático, pronto e acabado. Ao contrário, é dinâmico, adaptável e flexível a cada realidade escolar, com metodologia e proposta pedagógica própria. Hoje, a BNCC é a responsável por definir os conteúdos que todos os estudantes devem aprender e que os professores devem mediar para se chegar à aprendizagem. Portanto, é um guia. E cada instituição de ensino deve criar seu próprio currículo escolar, um currículo adaptável e flexível, construído ao longo do período letivo. O currículo tem como objetivo atender às necessidades dos, educadores, dos estudantes e do Projeto Político-Pedagógico (PPP).

De acordo com Bittencourt (2012) existem os seguintes tipos de currículos: formal, real e oculto.

- Currículo Formal refere-se ao currículo normativo estabelecido pelos sistemas de ensino, que prescreve as diretrizes curriculares, com objetivos e conteúdos das áreas ou disciplina de estudo. O currículo normativo traz os conjuntos de diretrizes determinadas institucionalmente, como por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998.

- Currículo real é aquele que se torna realidade no ambiente escolar, que permeia os acontecimentos em sala de sala com professores e alunos em decorrência do projeto pedagógico e dos planos de ensino.

- Currículo Oculto representa tudo o que os alunos aprendem diariamente em meio às várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções, crenças, valores e normas que vigoram no meio social e escolar. É definido como oculto porque esse conteúdo não aparece no planejamento docente.

Assim, o currículo formal deveria ser uma construção social envolvendo o currículo real e oculto no sistema educativo em um determinado momento social, tendo em seus conteúdos e formas, as questões historicamente de um determinado meio cultural, social, político e econômico. Contudo, percebemos que o currículo normativo se tornou uma ferramenta tendenciosa e ideológica, imbuído de relações de poder.

Um exemplo claro desta força de poder, está no fato do processo histórico brasileiro ter sido centralizado durante muito tempo no colonizador português, em seguida no imigrante europeu e pouquíssimo na história, saberes e nas contribuições de afro-brasileiros e indígenas ao se falar da formação da sociedade brasileira. Um currículo que nega categoricamente a condição do Brasil como um país colonizado e dos diversos grupos sociais que aqui vivem. Esse currículo evidencia a dominação

social do branco colonizador sobre africanos e indígenas no decorrer da História do Brasil. Para Silva:

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais. (SILVA, 1996, p. 23)

Silva reforça que o currículo das escolas é um território permeado de ideologia, cultura e relações de poder e dominação, que representa os interesses, o discurso de um determinado grupo social que se apresenta sempre em posição de vantagem. Considerando a História do Brasil, prevaleceram nos currículos os interesses da minoria branca eurocêntrica, cujas atitudes não tiveram caráter inocente ou neutro, mas sim de manter a dominação de um povo sobre outros povos.

Neste sentido, é preciso pensar e questionar-se: Que currículo nós educadores queremos? Queremos um currículo poderoso ou vamos continuar reproduzindo o currículo dos poderosos? Essas inquietações nos remete a Goodson (1997), ao afirmar que implica numa tomada de decisão docente, em transformar o currículo dos poderosos num currículo poderoso e real, desprendido das ideologias e do discurso dominante, que têm excluído os povos negros e indígenas do processo histórico do país, delegando-o a mera condição de subalternos e dominados. Apple (2006, p. 35) defende a ideia de que a educação não é uma atividade neutra, sem intenção, e que “o educador está envolvido em um ato político”. Por isso, ao transformar o currículo dos poderosos em um currículo poderoso, os docentes devem fugir da premissa, apontada por Apple (2006), de que o professor está alienado na construção do currículo, sendo apenas o reprodutor dos discursos e do currículo dos poderosos.

Assim, devemos problematizar porque ainda persiste no currículo do componente História a perspectiva eurocêntrica e a exclusão de um ensino voltado para a diversidade, cuja consequências para os afrodescendentes recaem sobre a pouca ou a nenhuma memória ou reconhecimento de suas raízes, referente à sua cultura, a ponto de não conseguirem se encontrar na sua própria origem. Isso porque, mesmo com a promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, nos currículos brasileiros predomina a visão eurocêntrica e colonial, que invisibiliza as experiências e as trajetórias dos povos indígenas e afro-brasileiros (JOSÉ DA SILVA; MEIRELES, 2017).

Apesar da vigência das leis de 2003 e 2008 há quase duas décadas, muito temos a fazer para incluir a diversidade nas escolas, pois ainda persistem alguns fatores que emperram essa sua aplicabilidade, tais como: currículos e livros didáticos, com discursos que privilegiam o branco europeu, com narrativas deturpadas sobre os grupos afro-brasileiros, causando prejuízos à sua imagem e à sua cultura, precarizando a formação de professores que, muitas vezes na graduação e na formação continuada não têm acesso a conteúdos sobre diversidade e interculturalidade afro-brasileira e indígena.

Essas leis devem ser potencializadas nas universidades e nas escolas do ensino básico. Os projetos escolares de todos os níveis de ensino devem trazer temáticas que evidenciem as experiências de povos, ainda obliterados nos currículos, preparar os agentes educacionais para quebrar estereótipos, preconceitos, invisibilidades e silenciamentos em relação aos afro-brasileiros.

Considerando essas leis, nós docentes teremos que percorrer outro caminho na direção da valorização das diferentes culturas e do trabalho com a diversidade étnico-racial. Quebrar o ciclo vicioso da interculturalidade funcional onde a questão da diversidade étnico racial é vivenciada nas datas comemorativas, como explicita José da Silva e Meireles:

Sem desmerecer as leis e as lutas que foram travadas até sua promulgação, o que se verifica nas escolas brasileiras é a continuidade de práticas que reservam determinado espaço e tempo para o tratamento das temáticas da diversidade, tais como projetos da “Semana da Consciência Negra” ou do “Dia do Índio”, de forma pontual, superficial e não reflexiva. As aulas de História na Educação Básica e no Ensino Superior, em geral, continuam a ser pautadas por um disfarçado racismo, em que crianças e jovens brasileiros, vítimas de preconceitos de toda ordem, aprendem a ter vergonha de suas raízes negras, indígenas, migrantes. (SILVA e MEIRELES, 2017, p. 9)

Silva e Meireles alertam: a diversidade étnica racial não pode ser trabalhada de forma superficial nas salas de aulas; é preciso problematizar o racismo, o apagamento e o silenciamento destes povos no contexto dos conteúdos e, principalmente, valorizar sua cultura e seu modo de vida, a fim de que o aluno se reconheça diante de sua ancestralidade e possa ter orgulho de sua origem e de si mesmo.

As legislações federais nº 10639/2003 e 1196/2008 abriram caminhos para que Estados e municípios também pudessem incluir políticas de valorização da cultura afro-brasileira e indígena em seus currículos. E o Amapá foi o Estado que esboçou compromisso com o ensino da cultura afro-brasileira, pelo menos teoricamente, através da Lei Estadual nº 1196/2008 que reforça a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da Educação Básica amapaense.

Essa lei apresentou um indício de que há interesse na aplicabilidade das leis para promoção de uma Educação para as Relações Étnico-Raciais e o trabalho com a diversidade étnico-racial no currículo local.

A Lei nº 1196/2008 ratifica o texto original da Lei 10.639/2003, propondo algumas ações importantes, como se pode observar no Art. 3º.

[...] Art.3º Caberá ao Conselho de Educação do Estado do Amapá, desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela resolução nº 01, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF dentro do regime de colaboração e de autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas. Art. 4º o prazo para implementação do estabelecido no caput do Artigo 1º desta Lei (toma-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira), será de 01 (um) ano, contados da publicação desta Lei. Parágrafo único. A Escola de Administração Pública do Estado disponibilizará curso de especialização para professores de História da Rede de Ensino Fundamental e Médio, visando ao entendimento do ensino estabelecido no caput do Artigo 1º (AMAPÁ, 2008).

As propostas de ações desta lei apresentam a perspectiva da formação continuada para professores, comprometendo-se em capacitá-los para trabalhar adequadamente o ensino da História e Cultura local, inclusive definindo o órgão responsável para tal iniciativa. O indicativo do compromisso do Estado é que fosse garantido a inserção e a aplicabilidade não somente da Lei nº 1183/2008, mas também para reforçar as demandas das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Isso apontou um caminho positivo para a inserção da diversidade nas escolas amapaenses.

Dessa forma, a lei 1183/2008 gerou de imediato um aliado institucionalizado: o Núcleo de Educação Étnico-Racial (NEER). Esse órgão, subordinado a Secretaria de Estado de Educação do Amapá (SEED), representa um marco para o movimento negro amapaense, que passou a ter representatividade e a cooperar com as políticas exclusivistas, na busca por melhores condições de ensino e vida, considerando que a população de pretos e pardos no Estado representa quase de 60%, da população. A respeito da criação do NEER, Custódio expõe que:

Da Lei nº 1.196/2008, nasceu o Núcleo de Educação Étnico-Racial (NEER), subordinado a Secretaria de Estado de Educação do Amapá (SEED), uma luta também do Movimento Negro que reivindicava a criação de um núcleo de educação para os afrodescendentes. Desta forma, a SEED, atendendo reivindicações, criou o NEER no dia 29/05/2008, a partir de um processo de reestruturação desta secretaria, atendendo à publicação do Decreto nº. 4.258 publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá em 2008, o qual dar ênfase a necessidade de estruturar um núcleo de educação voltado para a educação das relações étnico-raciais. (CUSTÓDIO, 2014, p. 5).

O NEER passou a ter a função de articular e cooperar com o fortalecimento do ensino nas escolas quilombolas, difundir informações que objetivassem a diminuição das práticas de racismos e preconceitos, assim como criar grupos de articulação e trabalho em cooperação com várias secretarias, visando a construção de políticas públicas exclusivas para a população preta e quilombola. Custódio cita os objetivos específicos do NEER:

[...] a) Fortalecimento institucional das escolas estaduais situadas em áreas quilombolas ou que atendam alunos oriundos dessas áreas; b) Erradicação do preconceito de cor no Estado do Amapá, através da difusão de informações positivas sobre o patrimônio cultural da população negra brasileira; c) Composição de grupos de trabalho com as demais secretarias estaduais, objetivando a realização de PP direcionadas a população negra amapaense. (CUSTÓDIO, 2014, p. 5)

Com a criação e a finalidade do NEER previa-se a representatividade dos pretos amapaenses, possibilidade a articulação de ações e políticas para colaborar com a valorização, respeito e disseminação da cultura afro-amapaense e quilombola. Esses objetivos tornaram-se muito importantes para a implementação da Lei nº 10.639/2003 no estado do Amapá, principalmente porque este ente federado possui aproximadamente duzentas comunidades quilombolas, espalhadas por todo o seu território e somente uma minoria encontra-se titulada e certificada pelos órgãos competentes. Isso representa a necessidade de implementação de políticas públicas e ações afirmativas que venham valorizar, ser escuta e dar visibilidade a cultura e saberes aos remanescentes de quilombolas. Em relação às comunidades quilombolas o governo do Estado do Amapá expressa:

No Amapá existem 200 comunidades quilombolas identificadas, sendo 47 certificadas junto a Fundação Palmares e outras quatro tituladas através Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária (Incra). Nos próximos dois meses, outras 11 comunidades no Estado também deverão receber a certificação. (AMAPÁ, 2016)

O número significativo de comunidades quilombolas e indígenas na territorialidade do Amapá apresenta o cenário ideal para o fortalecimento do ensino da diversidade étnico-racial no currículo escolar, reforçando a necessidade da inserção da diversidade no currículo amapaense.

Dentro do escopo das políticas inclusivistas do Estado do Amapá, a Lei nº 113/2008 instituiu o componente curricular Estudos Amapaenses e Amazônicos no currículo escolar. Componente inspirado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

(1997), que estabelece o estudo e a valorização da diversidade cultural brasileira no sentido de trazer maiores possibilidades para o estudo da História local e regional.

É perceptível a manifestação em relação à inclusão da diversidade na educação básica, pela criação de leis como a 1183/2008, que reforça o ensino da cultura africana e afro-brasileira, assim como a demanda sobre a formação continuada dos professores, bem como pela Lei 113/2008, que instituiu o componente curricular Estudos Amapaenses e Amazônicos no ensino fundamental do currículo escolar amapaense. Mas, ainda, não se tem efetivamente a aplicabilidade dessas leis em âmbito local. Inclusive, em 2019, através de uma decisão de gabinete da SEED, o componente Estudos Amapaenses e Amazônicos foi excluído do Referencial Curricular Amapaense (RCA, 2019), sem qualquer justificativa.

A retirada desse componente comprometeu a aplicabilidade do Plano Estadual de Educação do Amapá (PEE), que prevê as seguintes diretrizes para o decênio 2015-2025: “II - respeito mútuo entre as pessoas e cultivo à coexistência com os demais seres vivos; III - difusão do respeito aos direitos humanos e à diversidade.

A decisão arbitrária da SEED em retirar Estudos Amapaenses e Amazônicos do currículo escolar, não foi bem-vinda pelos professores e alunos, pois a exclusão desta disciplina implica em prejuízos ao ensino da História local e da diversidade étnico-racial. Os conteúdos dos Estudos Amapaenses e Amazônicos passaram a constituir conteúdos do componente História, onde praticamente se trabalha os conteúdos da cultura europeia. Portanto a retirada deste componente sem dúvida é um retrocesso rumo às políticas inclusivista, antirracista e de valorização da cultura africana e afro-brasileira e indígena no Amapá.

O documento Diretrizes Curriculares Amapaenses de 2015, na teoria, trouxe a possibilidade de se trabalhar com a História local, no entanto não deixa claro como será trabalhada a diversidade étnico-racial. Nesse documento existem os seguintes conteúdos com possibilidade de se trabalhar com diversidade étnico-racial e com a história local:

- Brasil e a África e trabalho escravo africano (anos iniciais do ensino fundamental);
- Criação do mundo, o mito africano e Indígena e os povos indígenas primeiros povoadores do Brasil (anos finais do ensino fundamental);
- Reinos africanos e descolonização da África (para os 7º e 9º ano);
- Reinos africanos e a escravidão na África (1º ano do ensino médio);

- Formação e consolidação das primeiras vilas e sociedades urbanas no Amapá (2º ano do ensino médio);
- Criação do Território (3º ano do ensino médio).

O componente curricular Estudos amapaenses e Amazônicos, dentro da diretriz curricular versava sobre o estudo e a valorização da cultura local, com ênfase maior para os aspectos históricos e geográficos dos povos originários e afro-brasileiros. Caminho importante para a inclusão da diversidade e da história local. Com a retirada gradativa deste componente, no momento abrange os oitavos e nonos anos, sem dúvida um prejuízo para a Educação para as relações Étnico-Raciais no Amapá. Restando aos professores encontrar meio dentro currículo real para trabalhar a diversidade e a História Local.

O referencial Curricular Amapaense (RCA, 2019) se apresenta em consonância com as Diretrizes Curriculares Amapaense (2015) e com a BNCC, expressa à intenção de trabalhar a diversidade cultural tanto no contexto nacional quanto local, mesmo que de forma tímida. Contudo, é o componente curricular Estudos Amapaenses e Amazônicos que efetivamente possibilitava os estudos dos povos originários e afro-brasileiros no currículo amapaense. Assim, a esperança dos professores é que sua retirada seja revogada.

2.2 REFLEXÕES SOBRE MATERIAIS DIDÁTICOS

Dentre os materiais educacionais, o livro didático é um dos principais aliado dos professores em sala de aula e, na maioria das vezes, o único material acessível aos alunos durante a vida escolar e até extraescolar. O livro didático é necessário, pois é importante colaborador do processo ensino aprendizagem e da aquisição do conhecimento, tanto para professores quanto para alunos. Pois, ajuda substancialmente na diminuição da abstração dos conteúdos, com suas imagens e ilustrações que corroboram na aquisição do conhecimento. Os livros didáticos não são unicamente instrumentos de aprendizagem, mas também de reflexão, atuando como mediadores e formadores de opiniões dos alunos. Bittencourt explicita sobre a importância e definição do livro didático afirmando que:

Os livros didáticos, os mais usados instrumentos de trabalhos integrantes da “tradição escolar” de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar

há pelos menos dois séculos. Trata-se do objeto cultural de difícil definição, mas, pela familiaridade de uso, é possível identificá-lo diferenciando-o de outros livros. (BITTENCOURT, 2018, p. 245)

De fato, segundo Bittencourt, os livros didáticos são ferramentas de trabalho do professor, aliado do aluno e intrinsecamente ligado ao cotidiano do espaço escolar. É um objeto cultural de difícil definição, no entanto sua identificação é possível porque se diferencia dos livros não didáticos, devido sua especificidade. Neste sentido, o livro didático:

Não é visto como referência para o ensino apenas pelos professores, mas também pela sociedade, ou seja, pelos pais e pelos próprios estudantes. Dessa forma, o livro adquiriu com o passar dos tempos um status dentro da escola e do sistema educacional, que o coloca em destaque na prática dos professores. (SCHMIDT; BITTENCOURT, 2004, p. 170).

Para Fonseca (2012, p. 91), “o livro didático é um dos principais veiculadores de conhecimentos sistematizados. O produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros com acesso à educação escolar básica na rede pública de ensino”. Em um país com baixos índices de leitura como o nosso, na maioria dos lares brasileiros os livros didáticos são os únicos que alunos e pais têm acesso, ou seja, que entram em suas casas.

Segundo Oliveira (2016), o termo polissêmico significa “aquilo que tem variados significados”. É assim que podemos compreender o livro didático. Essas obras têm hoje uma linguagem de citação de outros suportes didáticos e documentos. Por meio de sugestões de filmes, livros paradidáticos, sites e até jogos, o livro didático tenta se conectar a outros textos ou hipertextos, implicitamente indicando que ele não é a única referência e buscando uma maior abrangência no entendimento dos conteúdos. Neste sentido, Bittencourt esclarece que:

As funções atuais do livro didático são, avaliar a aquisição dos saberes e competências; oferecer uma documentação completa proveniente de suportes diferentes; facilitar aos alunos a apropriação de certos métodos que possam ser usados em outras situações e em outros contextos. (BITTENCOURT, 2008, p. 307)

Desse modo, Bittencourt considera que o livro didático é de suma importância e aponta vários aspectos: aquisição do conhecimento, diminuição da abstração dos conteúdos, elemento colaborador do processo ensino aprendizagem e referência de ensino para professores, alunos e pais. Assim, não bastam apenas falar dos livros

didáticos, sua função e importância. Dentro do escopo da definição e importância do livro didático cabe também à reflexão sobre os aspectos ideológicos neles imbuídos, pois a ideologia representa um conjunto de ideias e valores, que podem mascarar uma realidade, reforçar racismo e desigualdades, onde narrativas equivocadas podem manipular o aluno e comprometer o ensino. Pois, compreende-se que os discursos possuem intencionalidade, pois nenhum discurso ideológico ou preconceituoso é inocente muito menos neutro.

Não se deve negar que durante muito tempo os livros didáticos reproduziram manipulações e distorções sobre os indígenas e negros, causando imensos danos, reforçando estereótipos, preconceitos, negando seu protagonismo, sua contribuição na formação da sociedade brasileira. Os livros didáticos invisibilizaram e silenciaram esses grupos para reforçar as ideias do eurocentrismo, de que o homem branco era o ideal de comportamento e cultura, que os demais povos eram inferiores, meros subalternos diante do branco, herói e salvador. Assim para Silva:

O livro didático, de modo geral omite o processo histórico e cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o negro, o índio, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem, em grande parte para o recálque de sua identidade e autoestima (SILVA, 2004, p. 51).

Silva explicita que o livro didático pode se constituir como instrumento que reproduz discriminação e preconceito, ora de forma silenciosa, ora de forma explícita. Isto significa que ao invisibilizar o processo histórico-cultural, as experiências cotidianas de certos grupos sociais, como os negros e índios, passa a silenciá-los e a condená-los a subalternidade, excluindo-os não somente da história como da sociedade. Nesse sentido, Munakata afirma que:

Constituindo-se em poderosos “instrumentos culturais de primeira ordem” os livros didáticos, ao lado dos meios de comunicação de massa, constroem uma “base para a criação de consenso cultural mínimo que assegure a vertebração social”, “a integração da comunidade”. Para examiná-los é preciso não apenas a elucidação de seus conteúdos, mas também dos procedimentos de sua produção, difusão. Circulação, escolha e aquisição. (MUNAKATA, 2007, p. 138)

Munakata, expressa que o livro didático é um poderoso instrumento cultural de primeira ordem, que tem importância significativa no ensino, por colaborar com a

formação de opiniões e pensamento sobre condicionantes sociais, ou seja, capaz de promover a integração da sociedade. Alerta que para análise e crítica sobre os livros didáticos deve-se, sobretudo, levar em consideração seus conteúdos, procedimentos de produção, a que público se destina e os responsáveis por sua escolha. Sobre o livro didático de História Silva e Meireles acrescentam que:

Os livros didáticos de História apresentam um mundo sem valor e sem significados para alunas e alunos pobres, negros, pardos, homossexuais, que não se reconhecem nem mesmo nas imagens veiculadas. Tais imagens, em grande parte meramente ilustrativas, apresentam ideias distorcidas que se não forem devidamente contextualizadas pelo professor ensinam preconceitos, estereótipos e concepções cristalizadas que dificilmente serão desconstruídas nos cotidianos escolar e extraescolar. (SILVA e MEIRELES, p 23, 2017)

Para os autores há necessidade de que o livro didático tenha valor para os alunos, que o represente em seu contexto, sem tendências ao eurocentrismo e sem distorções e narrativas equivocadas acerca de sua origem. Portanto, os professores devem ter reponsabilidade em fazer a contextualização adequada dos conteúdos para evitar a reprodução de preconceitos, estereotípias e racismos.

Desse modo, acredita-se que o maior desafio do livro didático na atualidade seja a inserção da diversidade cultural, visando reparar injustiças aos povos originários (indígenas) e afro-brasileiros, tanto na sociedade como no saber escolar. Assim, Oliveira nos chama para a reflexão sobre os desafios da inserção da diversidade cultural nos livros didático e nos diz o seguinte:

Um dos maiores desafios dos livros didáticos parece ser o trabalho com a diversidade de situações vividas pela população negra. Para tanto, seria necessário sair da visão homogênea predominante, que senão apresenta o negro apenas como escravo ou vitimado nas condições sociais atuais, cai em artificialismos ao retratar com traços sobejamente exóticos sua cultura. Seria importante que as narrativas presentes nos livros didáticos lidassem não apenas com o negro escravo, o negro que vive em condições precárias de sobrevivência, mas também a riqueza e problemas apresentadas por sua cultura, por sua atuação social, ou seja, com a multiplicidade de posições que ocupa ao longo da História. (OLIVEIRA, 2000, p. 170).

Desse modo, concordamos com o autor quando afirma que um dos maiores desafios imposto ao livro didático na atualidade é a inserção da diversidade cultural e o trabalho com a Educação Para as Relações Étnico-Raciais, pois, o livro didático continua a invisibilizar e silenciar os povos afro-brasileiros e indígenas, reforçando o eurocentrismo.

3 ELABORAÇÃO DO CATÁLOGO EDUCACIONAL

Para elaborar o material didático Quilombo do Curiaú como forma de colaborar para a inclusão da diversidade, desconstruir preconceitos e estereótipos atrelados aos negros e a seus descendentes no ensino de História, foi necessário compreender as demandas relativas às Leis nº 10.639/2003 nº 11.645/2008, além de trabalhar com narrativas contra hegemônicas ao pensamento colonial, no sentido de valorizar e dá visibilidade a história e a cultura afro-brasileira.

A decisão de elaborar um material didático, chamado **Quilombo do Curiaú no Amapá: Histórias, Saberes e Africanidades**, teve como objetivo trazer um produto pedagógico para ser utilizado por docentes no processo ensino aprendizagem como importante mediador na aquisição de conhecimento, facilitador da apreensão de conceitos, por meio de um conjunto de textos, imagens e recursos concebidos com finalidade educativa. Nesse sentido, ancoramos nosso entendimento sobre material didático conforme as pontuações de Bittencourt ao afirmar que:

Os materiais didáticos são instrumentos de trabalho do professor, e do aluno, suporte fundamental na mediação entre ensino e aprendizagem. Livros didáticos, filmes, excertos de jornais e revistas, mapas, dados estatísticos e tabelas, entre outros meios de comunicação, têm sido utilizado com frequência nas aulas de História. O crescimento nos últimos anos, no número de materiais didáticos é inegável, com a multiplicação de publicações didáticas e paradidáticas, dicionários especializados, além de materiais em suporte diferenciados daqueles que originalmente têm sido utilizados pela escola, baseados em vídeos e computadores. (BITTENCOURT, 2018, p. 242)

Bittencourt explicita a definição de material didático, ressaltando que a necessidade de o problematizar. Refletir sobre seu papel no processo ensino aprendizagem, sua relação com a formação dos professores e de como estes materiais irão interferir na formação do aluno. Visto que, durante muito tempo, tanto a história ensinada quanto os livros didáticos reforçaram a cultura do preconceito, da subalternidade e da inferioridade de negros e indígenas. Para Silva:

O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico-cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o indígena, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte para a fragmentação da sua identidade e autoestima (SILVA, 1996, p. 47).

Silva mostra a ausência, o apagamento de negros e indígenas nos materiais didáticos, caracterizando a omissão do processo histórico desses povos. Salienta que nas poucas menções, negros e indígenas são retratados pela ótica da escravidão, estereótipos, uma espécie de estigma, propositadamente utilizados para desqualificar de maneira conveniente esses grupos étnicos. Estimulando preconceitos e produzindo influências negativas.

Nesses materiais a ideia de que os negros eram apenas escravos e que os indígenas eram selvagens serviu para silenciar as experiências desses povos, negando-lhes o seu protagonismo e a sua história. Nem ao menos as lutas e resistências ocorridas, sob a forma de violência ou pacífica, eram citadas nas narrativas didáticas. Há um silenciamento e um apagamento de suas trajetórias com consequências negativas. Fonseca afirma que:

[...] a escravidão era analisada na ótica da economia mercantilista, enfatizando-se a importância do tráfico de escravos e seus lucros como motivadores da introdução dos escravos africanos no Brasil. O negro sempre escravo, seria representado unicamente como mercadoria e mão de obra, inclusive por meio das imagens que ilustravam esses livros...]. (FONSECA, 2017, p. 970)

Assim, a escravidão como um sistema econômico, mercantilista, onde a importância que o negro tinha era de ser escravo, apenas uma mercadoria lucrativa, a força de trabalho, que garantia os lucros dos traficantes de escravos e dos senhores de engenho. Fonseca (2017) enfatiza que o negro entrou na sociedade brasileira no período colonial como cultura dominada, apagada. Essa exclusão do negro pela sociedade e pela história reflete-se atualmente, dificultando sua inserção no ensino de história principalmente nos livros didáticos.

Somente com a redemocratização brasileira, pós-ditadura militar, que este cenário dos livros didáticos e suas narrativas eurocêntricas sobre indígenas e negros começaram a mudar, através das produções acadêmicas que influenciaram e possibilitaram novas percepções sobre as temáticas indígenas e afro-brasileiras nos idos da década de oitenta.

A partir desse momento, Fonseca (2017) refere que começam a surgir os livros paradidáticos que têm ajudado a fazer um revisionismo da questão da escravidão, colocando em suas narrativas o protagonismo dos negros, seus saberes, sua luta e resistência, na desconstrução de estereótipos e principalmente oportunizando se contar a história sobre a ótica dos próprios povos negros.

Assim, outros materiais didáticos têm sido importantes veículos para se contrapor ao apagamento de histórias e culturas afro-brasileiras e às narrativas equivocadas e depreciativas que invisibilizaram e silenciaram os povos afro-brasileiros.

Portanto, é urgente e necessário a elaboração de materiais didáticos insurgentes as narrativas coloniais eurocêntricas. Materiais em que se possam escrever narrativas contrárias ao pensamento hegemônico colonial, desconstruindo preconceitos, atendendo as demandas da legislação Federal (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e BNCC) e das Leis Estaduais (Lei nº 113/2008, Leis nº 1183/2008 e RCA, 2019).

Considerando que o pensamento decolonial opera em oposição à colonialidade do poder braço do eurocentrismo, reverbera a necessidade de problematizar através da pedagogia decolonial a manutenção das condições colonizadoras, na luta pela emancipação dos subalternizados e de todo tipo de opressão e dominação imposta pelo pensamento hegemônico colonizador. Um novo pensamento, uma epistemologia nova que permite contar a história dos povos subalternizados, invisibilizados e silenciados pelo dominador. Assim, a colonialidade se fundamenta num modelo de poder baseado em ideias discriminatórias, excludentes e elitistas, portanto baseia-se na: “classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que, permeia as dimensões mais importantes do poder mundial.” (QUIJANO, 2005, p. 95).

Catherine Walsh (2007) define a pedagogia decolonial ou educação intercultural como uma luta e resistência contra esses padrões de poder e das práticas da colonialidade, que envolve a dominação e subjugação de um povo sobre o outro, como que aconteceu com negros e indígenas. Defende a ruptura com o eurocentrismo para superação do poder, do ser e do saber dominante, apontando a interculturalidade crítica como importante ferramenta para um novo projeto de narrativas, de sociedade e de seres humanos, compreendendo três dimensões a serem consideradas: a decolonização da história (o poder), a decolonização das subjetividades (o ser) e a decolonização dos conhecimentos (o saber). Sobre a interculturalidade crítica, Walsh exprime que:

Entender a interculturalidade como processo e projeto dirigido à construção de modos “outros” do poder, saber, ser e viver permite ir muito além dos pressupostos e manifestações atuais da educação intercultural bilíngue ou da filosofia intercultural. É argumentar não pela incorporação das tradicionalmente, excluídos dentro das estruturas (educativas disciplinares ou de pensamento) existentes ou somente pela criação de programas “especiais” que permitem que a educação “normal” e “universal” siga perpetuando práticas e pensamentos racializados e excludentes. [...] De maneira mais ampla, proponho a interculturalidade crítica como ferramenta pedagógica que

questiona continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e seus padrões de poder, visualiza maneiras diferentes de ser, viver e saber e busca o desenvolvimento e criação de compreensões e condições que não só articulam e fazem dialogar as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito, mas que – ao mesmo tempo – alentam a criação de modos “outros” de pensar, ser, estar, aprender, ensinar, sonhar e viver que cruzam fronteiras. (WASH, 2009, p.24-25)

Walsh expressa a interculturalidade crítica permite a construção de outros modos, de viver, saber e poder, ou seja, de novas narrativas. Para ela, a educação intercultural se faz na perspectiva decolonial com estratégias para visibilizar as lutas de negros, indígenas, mulheres contra a colonialidade, a partir das suas práticas sociais.

Neste sentido, ao elaborar o material didático **Quilombo do Curiaú no Amapá**, o objetivo foi expressar a história, os saberes e as africanidades das comunidades desse Quilombo, buscando ressaltar a cultura, os modos de ver, de sentir e de viver, buscando demonstrar o seu protagonismo.

Portanto, o pensamento de Walsh sobre a interculturalidade apresentou-se como ideal para a proposta do material didático, pois se configura como uma forma de narrativa de resistência, pois mocambos e quilombos são locais de encontros, de saberes e formação de identidades. São demarcadores de territórios, ou seja, um lugar de pertencimento, pois Quilombo do Curiaú representa os coletivos afro-amapaenses.

Com base na perspectiva decolonial, utilizamos na pesquisa realizada para compor o catálogo o conceito e a definição de “Quilombo” de Beatriz Nascimento (2002), para quem a palavra quilombo originou-se do termo *kilombo*, presente no idioma dos povos Bantu, originários de Angola, e significa local de pouso ou acampamento”. Visto que os povos da África Ocidental eram, antes da chegada dos colonizadores europeus, essencialmente nômades, e os locais de acampamento eram utilizados para repouso em longas viagens. Segundo a autora, no Brasil Colonial, a palavra foi adaptada para designar o local de refúgio dos escravos fugitivos. Assim “Quilombola é a pessoa que habita o quilombo”.

Conforme Nascimento, na contemporaneidade, “Quilombo não significa escravo fugido” como disseminado no período colonial. “Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (2002, p. 348). Assim, no contexto atual, não cabe mais o conceito limitado e reducionista de Quilombo do Conselho Ultramarino de 1740 que considerava quilombo “[...] toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham

ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Conceito totalmente ultrapassado e preconceituoso.

Dessa forma, interessa-nos o conceito de quilombo ressignificado por Nascimento, que o explicita como um tipo de sistema social alternativo organizado pelos negros. Lugar em que o negro e as minorias oprimidas procuravam para viver, lugar onde suas potencialidades, sua cultura, crenças e identidade seriam valorizadas como um todo, coisa impossível diante da sociedade colonialista e escravagista a que foram submetidos.

Portanto, no século XXI, quilombo continua como espaço de resistências, de produção econômica, lugar de gentes, com história de lutas, de memórias, culturas e identidades. Devemos, segundo Nascimento:

[...] trazer a luz essa capacidade do negro empreender uma organização social, de empreender uma vida própria deles, como cultura própria, com relações próprias e mostrar que hoje em dia talvez eles ainda tenham esse tipo de organização própria, de relações próprias, e um dos grandes trabalhos que ele tem que fazer seja realmente de se conscientizar dessa sua posição que ainda persiste ao nível das relações entre si e dos grupos negros. (NASCIMENTO, 1977, p. 130-131)

A cultura quilombola permite aos indivíduos expressarem seus valores e princípios, vinculando-se de forma simbólica e afetiva ao grupo. E por ser um espaço de trocas e compartilhamento de saberes, simbólico e afetivo, permite aos sujeitos sentirem-se pertencentes a esse universo particular, levando-os a se apropriarem de valores e conteúdos inerentes à realidade em que vivem, ou seja, compartilham de uma identidade peculiar a seu grupo.

As definições de Nascimento ajudaram a elaborar uma narrativa contra hegemônica para o material didático **Quilombo do Curiaú**, assentado em informações de diversas fontes, como expressadas na introdução desse Texto de Apoio.

O Curiaú apresenta peculiaridades importantes como um quilombo contemporâneo: foi o primeiro território quilombola titularizado no Estado do Amapá, em 1999; localiza-se na zona periurbana da cidade de Macapá, a aproximadamente 10 quilômetros do centro da capital amapaense; apresenta grande influência no contexto histórico e cultural do estado do Amapá, constitui um núcleo humano, uma estrutura social, um lugar de gentes quilombolas, afro brasileiro, afro amapaense, território de histórias, de memórias, de ricas paisagens, de economia, de ritmos (como Batuque, Marabaixo), de danças, de crenças, de festas de Santos, de lutas e resistências.

O Quilombo do Curiaú, composto por três comunidades (Curiaú de Fora, Curiaú de Dentro e Extrema), com um total de aproximadamente quinhentas famílias, muitas ligadas por laços sanguíneos e outras por afetividade, cuja população carrega nos rostos a ancestralidade africana. Um lugar de histórias, memórias e culturas que transcendem seus limites territoriais.

O Curiaú é terra de pretos e pretas quilombolas; de gentes que lutam e resistem, como resistiram e lutaram seus ancestrais. Transbordam imenso orgulho de suas africanidades. Quilombo do Curiaú tem relevância não somente para Macapá, mas para o Brasil, pois é Patrimônio Cultural Histórico Brasileiro, de acordo com o artigo 216 da Constituição da República Federal do Brasil, de 1988. É solo sagrado de diversas manifestações culturais afro-brasileiras. Além do legado cultural, o Quilombo é uma Área de Proteção ambiental - APA do Rio Curiaú. Um lugar de múltiplas paisagens, como o balneário do Curiaú um dos cartões postais desta comunidade.

O Quilombo do Curiaú é território contemporâneo, com gentes que lutam e resistem não somente para preservar seu legado cultural, saberes, ritos, mas, também, para obter cidadania e direitos por melhores condições de vida para seu coletivo e na garantia dos serviços básicos. Isso justifica a centralidade do Quilombo do Curiaú neste Trabalho de Conclusão de Mestrado.

O Quilombo do Curiaú tem sido bastante estudado na academia nas últimas décadas, referenciados em artigos, monografias, dissertações e teses, como: Videira (2009), (2010), Brito (2017), Trindade (2015) Silva (2016), Silva (2013), Cantuária (2011), Gomes (2006), Oliveira (2006), Silva (2000), Silva (2012) e Custódio (2018). Ainda assim, há pouco material didático sobre este Quilombo voltado para a educação básica.

Para além da necessidade de se construir material didático específico para o ensino de História e Cultura afro-brasileira é preciso potencializá-lo como colaborador do processo ensino aprendizagem, ajudando a diminuição a abstração dos conteúdos, de um passado distante ou recente. Contribuindo com o desenvolvimento do raciocínio histórico do educando, assim como levar a História do Curiaú para além dos seus limites territoriais.

Acredita-se que inserção da temática quilombola nas escolas através da ferramenta didática **Quilombo do Curiaú no Amapá**, poderá colaborar com a valorização da história local e das identidades destas gentes, dando visibilidade a cultura

quilombola, através de narrativas pautadas na desconstrução de imagens, estereótipos e negação do protagonismo quilombola na História amapaense.

Neste sentido, o produto didático se apresenta como insurgência às narrativas oficiais eurocêntricas coloniais, fora da bolha do multiculturalismo neoliberal e da interculturalidade de corte funcional que constituem dispositivos de poder, que reforçam a permanência e o fortalecimento das estruturas coloniais de poder e dominação, com denúncia Walsh (2009) em suas pedagogias decoloniais. Este material pretende ser um convite para os educadores decolonizarem pensamentos preconceituosos, que não cabem mais em nenhum contexto da sociedade brasileira, dado que a população brasileira é formada de maioria parda, afro-brasileira. Mostrar que a História, os saberes e africanidades das gentes do Quilombo Curiaú importam e não faz sentido permanecer no erro da história única, denunciada por Adichie (2019).

Assim, o **Quilombo do Curiaú no Amapá** é um material que poderá ser importante ferramenta para os educadores utilizarem em suas aulas, de forma interdisciplinar com outros componentes curriculares como por exemplo Geografia, Artes e Língua Portuguesa. No sentido de potencializar as aulas de História Local, com foco na reeducação das relações étnico-raciais, para superação de práticas discriminatórias no espaço escolar e para valorização e reconhecimento do patrimônio cultural da comunidade quilombola do Curiaú.

Neste sentido, a composição do foi feita de maneira dinâmica e lúdica, em consonância com a perspectiva intercultural. Uma pequena luz para o ensino da diversidade cultural e para o ensino de História Local. Um olhar a partir de suas gentes, seus saberes, cultura e modos de vida. Um pequeno passo para a superação de práticas escolares discriminatórias e para uma educação antirracista. Assim, a ferramenta didática foi elaborado a partir de contextos históricos, territoriais, econômicos e culturais do Quilombo do Curiaú. O material é composto por textos, fontes documentais (imagens, símbolos, mapa e documentos oficiais) e propostas de atividades, ao término de cada tópico, a serem trabalhadas pelos educadores.

Portanto, nesse material compartilho com colegas docentes histórias, memórias, saberes, práticas, vivências, africanidades, conquistas territoriais, aspectos econômicos, aspectos culturais, as crenças e os modos de vida das gentes do Curiaú no desenrolar de suas experiências e trajetórias.

Este **Texto de Apoio** acompanha o produto educacional **Quilombo do Curiaú: Histórias, Saberes e Africanidades**.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia Maria; ALVES, Ronaldo Cardoso; SILVA, André Chaves de Melo. **Ensino de História**. [S.l.: s.n.], 2010.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019
- APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 5.ed, - São Paulo: Cortez, 2018.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003**. Brasília. Disponível em: Acesso em 15/11/2019.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996
- BRASIL, **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece que as diretrizes e bases da educação básica nacional, para incluir no currículo oficial da rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e, das providências. Lex:Diário Oficial da União, Câmara dos Deputados, Brasília/DF, Seção 1, p.1, de 10 de janeiro de 2003.
- BRITO, Dagunete M. C.; BASTOS, Ananda B.; BASTOS, Cecília M. C. B. Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú em Macapá/AP: territórios de resistência e a legalização de áreas. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 40, e6498864988, 2022. DOI: 10.12957/geouerj.2022.64988
- CANDAU, V. M. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. Especial, p. 678–686, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54949. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949>. Acesso em: 15 agost. 2022.
- CANTUÁRIA, Eliane Ramos; RIBEIRO, Adalberto Carvalho. Atores na governança da APA do Rio Curiaú: Relações nem tanto harmoniosa, **VI Encontro Nacional da ANPPAS**, Belém, 2016.
- DA SILVA, G. J.; MEIRELES, M. C. (2017). **Orgulho e preconceito no ensino de História no Brasil: reflexões sobre currículos, formação docente e livros didáticos**. *Revista Crítica Histórica*, 8(15), 7–30. <https://doi.org/10.28998/rchv18n15.2017.0001>
- DOMINGUES, P. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. Senac, 2003. 22p.
- FONSECA, Selva Guimarães, (Org.). **Ensinar História: formação, saberes e práticas educativas**, - Campinas, SP: editora Alínea, 2009.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações sociais civis no Brasil contemporâneo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis: vozes, 2017.

_____. **Educação cidadã, etnia e raça: O trato pedagógico da diversidade** In: CAVALLEIRO, Eliane (org.) **Racismo e anti-racismo na educação – repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Nascidos no Curiaú**. Belém: NAEA/ UFPA, 1997

_____. Rosa E. Acevedo et al. **Quilombolas do Curiaú: conflitos socioambientais não resolvidos com a criação da APA do Curiaú**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de *et al.* **Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: UEA, 2010. p. 170-178. (Cadernos de debates nova cartografia social, n. 2).

MUNAKATA, Kazumi, O livro didático e o professor: Entre a ortodoxia e a apropriação in: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

OLIVEIRA, Edna dos Santos. **Da tradição oral à escritura: a história contada no Quilombo de Curiaú**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: Unicamp, [s.n.], 2006.

PEREIRA, Amílcar A. Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

PEREIRA, Marilda Leite. **Contribuições da Escola José Bonifácio para a fortalecimento da identidade Cultural e Territorial do Quilombo do Curiaú**. Rio de Janeiro, 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. 1ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

SANTOS, Isabel Aparecida. **A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos**. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.) **Racismo e anti-racismo na educação – repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

SANTOS, H. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro: Ibase, n. 3, 1999.

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED – Centro Editorial Didático e CEAO – Centro de Estudos Afro – Orientais, 1995, p 34; 47;135.

SILVA, Marlon Miranda da. **Aspectos fonológicos e morfológicos da fala do Quilombo do Curiaú**. Amapá, Brasil. Belém – PA, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

VIDEIRA, Piedade Lino, **Batuques, folias e ladainhas**: a cultura do quilombo do Cria- ú em Macapá e sua Educação. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

WALSH, Catherine. Intercultural idade crítica e pedagogia decolonial - surgir, re-existir e re-viver. In: _CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. In: **Memórias del Seminario Internacional** "Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad", Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional 17-19 de abril de 2007.



WANDA MARIA DE SOUSA BORGES FILHA

Quilombo do Curiaú no Amapá: Histórias, Saberes e Africanidades





WANDA MARIA DE SOUSA BORGES FILHA

Quilombo do Curiaú no Amapá: Histórias, Saberes e Africanidades

ORIENTAÇÃO: CECÍLIA MARIA CHAVES BRITO BASTOS

MACAPÁ-AP

2022



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

B732 Borges Filha, Wanda Maria de Sousa.

Quilombo do Curiaú no Amapá: história, saberes e africanidades [material didático] / Wanda Maria de Sousa Borges Filha. - 2022.

1 recurso eletrônico. 110 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação Profissional em História, Macapá, 2022.

Orientadora: Cecília Maria Chaves Brito Bastos.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Ensino de História. 2. Educação Antirracista. 3. Decolonialidade. I. Bastos, Cecília Maria Chaves Brito, orientadora. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. - 981.16

BORGES FILHA, Wanda Maria de Sousa. Quilombo do Curiaú no Amapá: história, saberes e africanidades. Orientadora: Cecília Maria Chaves Brito Bastos. 2022. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

QUEM EU SOU

WANDA MARIA DE SOUSA BORGES FILHA

Professora de História da Educação Básica, graduada em História (2005) e Ciências Sociais (2011) (UNIFAP) Pedagogia (2022) Especialista em Metodologias Inovadoras Aplicada as Ciências Humanas e suas tecnologias UNINTER (2008) Especialista em Mídias na Educação UNIFAP (2012) Especialista em Educação Especial em Inclusiva FATECH (2022). Professora efetiva do quadro do Governo do Estado do Amapá e Prefeitura de Laranjal do Jari desde 1998.





Presença dos Manifestações Culturais no Curiaú.

Fonte: Ilustração feita por M Silva (2022)

SUMÁRIO

7 APRESENTAÇÃO

12 ASPECTOS HISTÓRICOS

19 PROPOSTA DE ATIVIDADE

21 ASPECTOS TERRITORIAIS

45 PROPOSTA DE ATIVIDADE

46 LINHA DO TEMPO

48 VOCÊ SABIA?

52 ASPECTOS ECONÔMICOS

70 PROPOSTA DE ATIVIDADE

73 ASPECTOS CULTURAIS

105 PROPOSTA DE ATIVIDADE

106 LISTA DE REFERÊNCIAS



APRESENTAÇÃO

Para Silva (2005), entende-se por Africanidades as mais diversas heranças africanas que temos no Brasil, que se manifesta nos modos de ser, agir, sentir, conhecer.

Prezados professores, apresento a ferramenta didática **Quilombo do Curiaú no Amapá: Histórias, Saberes e Africanidades**, resultado do meu Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM). O material se destina aos docentes de História e Estudos Amapaenses e Amazônicos do Ensino Fundamental e a todos que queiram conhecer a História do Amapá. Foi construído a partir das minhas vivências e inquietações há quase 25 anos como professora do componente curricular de História, lecionando nas esferas estadual e municipal da Educação Básica amapaense. As informações do material foram baseadas nos estudos e análises da trajetória do Quilombo do Curiaú, localizado em Macapá, no Estado do Amapá, com histórias multifacetadas, de lutas, conquistas, perdas e resistências, expressadas nos aspectos Históricos, Territoriais, Econômicos e Culturais.

A escolha do Quilombo do Curiaú como temática deste recurso ocorreu pela importância, relevância e projeção política e cultural deste Quilombo para o estado do Amapá e, também, devido à carência de materiais para o Ensino Fundamental sobre comunidades quilombolas amapaenses. Assim, ele constitui um dos primeiros materiais didáticos que enfatiza a História de uma das mais de 200 comunidades quilombolas identificadas no Estado amapaense, destas 47 certificadas pela Fundação Cultural Palmares, incluindo o Quilombo do Curiaú, e quatro tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária (INCRA).

Compartilho com vocês este recurso didático visando colaborar com o fortalecimento da Educação para as Relações Étnico-Raciais e com a História Local. O material **Quilombo do Curiaú no Amapá** expressa minha confiança no Ensino de História e na importância de se trabalhar a diversidade e a valorização das africanidades nas escolas, visto que em um país multirracial e pluriétnico como o Brasil não pode mais prevalecer a história única dos colonizadores, dominadores portugueses, do branco europeu.



Embora negada, a história dos negros no Brasil é relevante, rica, valorosa e precisa ser contada a partir de sua ótica, ou seja, dos seus modos de viver, dos seus saberes, dos fazeres e de suas práticas culturais. É preciso romper com a história única e eurocêntrica, que silenciou e invisibilizou a existência dos negros na historiografia brasileira. Assim, é preciso construir outras narrativas, outras olhares para uma imagem positiva dos afro-brasileiros, dessas gentes que tanto contribuíram e contribuem para a formação da sociedade brasileira. É preciso valorizar o patrimônio sociocultural dessas pessoas, respeitando sua diversidade social como condição de efetivo fortalecimento de suas identidades, dignidade e legado cultural.

Segundo a ativista negra Adichie (2019) devemos fugir da história única, aquela das estereotípias, da deturpação e da invisibilidade. É preciso rejeitar a história única, pois todas as Histórias importam e precisam ser usadas para o bem, para reparar as dignidades perdidas de povos que foram expropriados e subalternizados. Esse é nosso objetivo ao trazer este material didático, com Histórias, Memórias, Saberes, práticas que precisam ser contadas, ouvidas, conhecidas e reconhecidas.

Romper com a História única eurocêntrica é possibilitar que os povos silenciados tenham suas histórias contadas, ouvidas e apreendidas, por meio de narrativas que se contraponham a colonialidade do poder. É preciso decolonizar a História, trazer narrativas insurgentes, contadas a várias vozes, para que possamos minimizar os danos causados aos povos dominados e invisibilizados na história do Brasil. História que coloca o europeu branco como superior, referência de cultura e humanidade, renegando aos demais povos, sobretudo afro-brasileiros e indígenas, a condição de inferioridade e subalternidade.

Assim, é preciso eliminar as injustiças e trazer dignidade para os povos que foram excluídos da História. Políticas públicas como a Lei nº 10.639/2003, retificada e complementada pela Lei nº 11.645/2008, e as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais vêm possibilitando a inclusão da diversidade étnico-racial na educação básica.

Essa política é fruto das lutas dos movimentos negros, que durante décadas questionaram os currículos escolares e o ensino de História, que tratavam negros e indígenas como inferiores e o branco como o ideal de cultura e civilidade. José da Silva e Meireles (2017) acrescentam que infelizmente o ensino de História no Brasil, ainda, pauta-se pelo eurocentrismo e pela negação do protagonismo de populações indígenas, africanas e seus descendentes, além de outros povos, que ao longo do tempo formaram a atual população brasileira.

A professora Selva Guimarães (2012) reforça a importância das Leis nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008, sinalizando para um ensino que abarque a diversidade étnico-racial, a pluralidade cultural, para incluir os saberes e a cultura afro-brasileira no escopo educacional, pela sua valorização e pela reavaliação do papel do negro na Historiografia. Essa ressignificação ainda em construção é de grande importância para o caminho de reparações e de justiça social.

Para a pesquisadora do ensino de História Circe Bittencourt (2018), a incorporação de temas raciais nos currículos mostra a escola como lugar de vivência de diferentes indivíduos e como palco para os debates que criarão as condições para uma educação antirracista, para o respeito, a tolerância e a diversidade cultural.

Ao idealizar este produto pedagógico, optei por trabalhar a história do Quilombo do Curiaú de maneira insurgente e decolonial. A professora Catherine Walsh (2010) é uma das representantes da luta e da resistência contra os padrões de poder, práticas da colonialidade, que envolve a dominação e subjugação de um povo sobre o outro, como que aconteceu com negros e indígenas. Walsh defende a ruptura com o eurocentrismo para superação do poder, do ser e do saber dominante. Nesse sentido, aponta a interculturalidade crítica como importante ferramenta para um novo projeto de narrativas, de sociedade e de seres humanos.

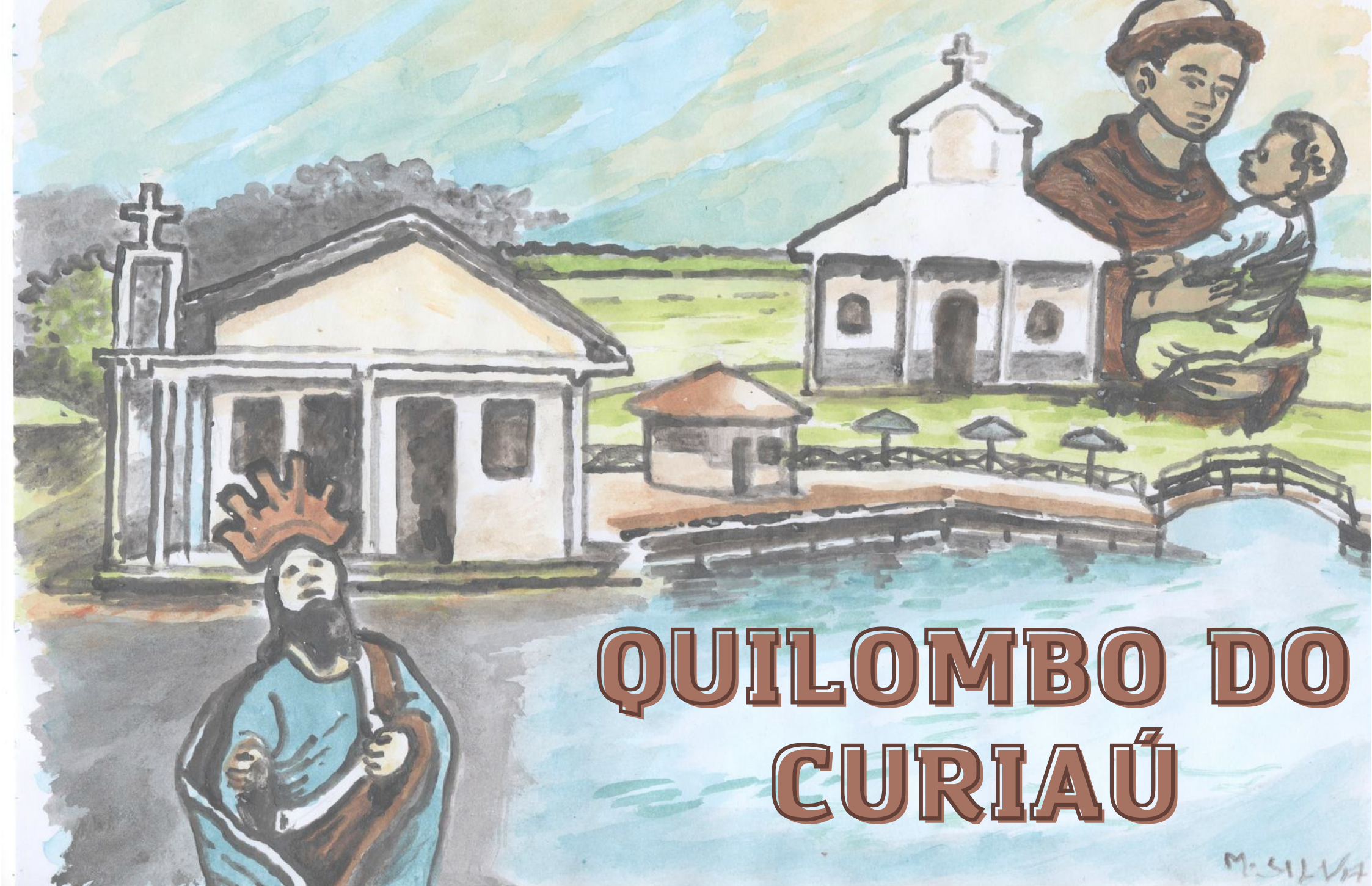




Com esse propósito, para construir o material didático fiz pesquisa bibliográfica e documental em livros, teses, dissertações, artigos, legislações, documentos oficiais, iconografias, os quais me possibilitaram fazer reflexões sobre as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, a Educação para as Relações Étnico-Raciais e a decolonização, para melhor entendimento dos aspectos trabalhados na temática e do recurso didático. Além disso, fiz uma pesquisa de campo na comunidade do Curiaú durante os anos de 2020, 2021 e 2022. Devido o momento pandêmico provocado pela Covid-19 não pude acessar devidamente as pessoas do Quilombo. Porém, consegui realizar observações etnográficas, com anotações; conversar informalmente com algumas pessoas do Quilombo; fazer registros fotográficos e adquirir ilustrações feitas por um dos filhos queridos do Curiaú (M.Silva). Os dados coletados poderão ser visualizados ao longo deste material.

Portanto, a ferramenta didática pretende ser um objeto de ensino e aprendizagem, composto com textos, várias fontes documentais (imagens, mapas e documentos oficiais) e com propostas de atividades, ao término de cada tópico, a serem trabalhadas pelos educadores. Com este material compartilho com colegas docentes os saberes, as práticas, as vivências, as conquistas, os domínios territoriais e econômicos, a cultura e os modos de vida das gentes do Curiaú no desenrolar de sua história. A seguir apresentamos o material didático **Quilombo do Curiaú no Amapá: Histórias, Saberes e Africanidades**, evidenciando alguns contextos históricos, territoriais, econômicos e culturais desse quilombo.

Bom trabalho!



Presença da Religiosidade na formação do Curiaú.

Fonte: Ilustração feita por M Silva (2022)

ASPECTOS HISTÓRICOS

O Curiaú é um quilombo. Mas, o que é um Quilombo?

Para Beatriz Nascimento, Quilombo no Brasil é:

- De origem africana, dos bantos, que não é algo estático no tempo.
- Um sistema social alternativo, em que sujeitos africanos e crioulos (brasileiros) estabeleceram novas relações para se organizar de forma específica, diferente daquela forma imposta pelo colonizador português. Não significa simplesmente escravo fugido no período colonial.
- Reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial.
- Espaço de produção econômica e social.
- Lugar para expressar e valorizar as potencialidades, a cultura, as crenças e as identidades.
- Espaço de resistências e de negociações.

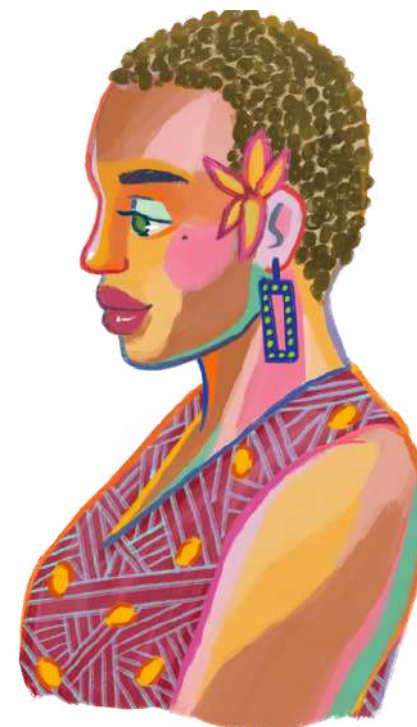


Foto domínio público.gov.br

Beatriz Nascimento
professora
pesquisadora
ativista negra



Portanto, a definição de Beatriz Nascimento reforçar que o Curiaú é Quilombo porque representa um lugar de gentes, com histórias de lutas, de memórias, de culturas e de identidades, que resultam na força e capacidade de resistência do afro-brasileiro quilombola, com cultura própria, com organização e relações próprias.



O Quilombo do Curiaú é um espaço de trocas e compartilhamento de saberes e práticas simbólicas e afetivas, que permite aos sujeitos se sentirem pertencentes a esse universo particular, levando-os a se apropriarem de valores e conteúdos inerentes à realidade em que vivem, ou seja, compartilham de uma identidade peculiar a seu grupo.

Até hoje, o que unem as pessoas do Quilombo do Curiaú são os saberes, os fazeres, as práticas, os compartilhamentos, o território, as histórias, as paisagens, a economias, a arte, o Batuque e o Marabaixo, as danças, as crenças, as festas de Santos, as lutas, as resistências.

É o que veremos a seguir...



Você sabe como surgiu o Quilombo do Curiaú?

Apesar de existirem poucos documentos que possam comprovar esse momento histórico, temos algumas pistas.

O pesquisador Navarro (2015) considera que a presença indígena antecede a presença dos africanos e seus descendentes quilombolas no Curiaú. Isso reside, segundo ele, no fato do nome Curiaú ser de origem **Tupi: Curiaú/Curiuaú kuraguá (Curauá, planta bomeliácea) +Y (Rio)- Rio dos Curauás.**

Os arqueólogos do Instituto de Pesquisas Científica e Tecnológicas do Estado do Amapá (Iepa), em 2010, encontraram **vestígios indígenas** localizados em um ramal da comunidade Curiaú Mirim, vizinha ao quilombo do Curiaú. São 19 urnas com restos mortais (artefatos confeccionados em argila), provavelmente de povos que já habitavam o Amapá entre os anos 1000 e 1.300.



Igreja de São Joaquim, no Curiaú de Dentro.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2022)

Para a professora, pesquisadora e militante negra Piedade Videira (2010), **o Curiaú já existia há séculos**, mas não se sabe ao certo o tempo de existência desta comunidade.

A última pista é que os **festejos religiosos** referente ao aniversário do padroeiro do quilombo (**o glorioso São Joaquim**, que possui na comunidade de Curiaú de Dentro uma igreja em sua homenagem), já acontece **há mais de dois séculos**.



São Joaquim padroeiro do quilombo, no Curiaú de Dentro.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020).

A professora e historiadora Rosa Acevedo Marin escreveu o **Relatório de Identificação Nascidos no Curiaú** (1997), sob demanda da Fundação Cultural Palmares (FCP), durante o processo de titularização do Quilombo do Curiaú.

Nesse documento existe um contexto histórico, que se refere a origem da toponímia **CURIAÚ**.

Uma associação do lugar com a finalidade percebida, ou seja, o lugar escolhido para criar gado e mugido das vacas.

CRIÁ: Lugar bom de criar gado
MÚ: mugido das vacas

O vocábulo convergiu para **CRIAMÚ** e posteriormente para **CRIAÚ** e hoje, numa linguagem urbana, **CURIAÚ**. (PEREIRA, 2016, p.28).

Marin informa que a formação do Quilombo do Curiaú encontra apoio tanto em narrativas transcritas como na volumosa documentação do século XVIII e XX, existente no **Arquivo Público do Estado do Pará** e, ainda, em peças documentais existentes nos arquivos da Guiana Francesa



Sebastião da Silva (2000) relata duas versões sobre a formação do povoado do Curiaú.

Versões difundidas e reforçadas pelos próprios moradores.

Histórias repassadas de pai para filhos.

Sebastião Menezes da Silva, um dos filhos mais ilustres do Curiaú, escritor, agricultor, criador de bois, poeta e jornalista escreveu o livro **Curiaú: sua história, sua vida** (2000),



Foto do arquivo do autor, 2020.

Primeira versão



Sebastião da Silva relata que há séculos chegou um casal de origem africana, o senhor Miranda, sua esposa e sete escravos que traziam bovinos para região. Ancoraram às margens do rio Amazonas e solicitaram a um escravo o reconhecimento do local. O escravo logo encontrou um lago. O senhor Miranda ocupou o espaço e começou a criar bovino com seus escravos. Após, a sua morte e por não ter deixados filhos, os escravos fizeram a partilha das terras entre si e começaram a construir uma comunidade.



[...] Em Macapá, por exemplo, **o ano de 1899** é a década provável de ocupação, ao norte da Vila de São José de Macapá, das terras de [um oficial e, mais tarde, fazendeiro?] Manuel Antônio de Miranda, o qual será o primeiro dono das glebas que fazem parte da região curiauiense até então conhecida. Segundo a maioria das fontes históricas consultadas, com a morte do agricultor português Manuel Antônio de Miranda, o território às margens do rio fora repartido pelos empregados da fazenda – e isso iria dar origem, anos mais tarde, às principais comunidades curiauienses.

(SILVA, 2016, p. 11)



Segunda versão

A outra versão está diretamente relacionada à fuga da escravização de pessoas durante a construção **Fortaleza de São José de Macapá**, cuja mão de obra utilizada foi indígena e negra.

Segundo Sebastião Silva (2000) vários escravizados, insatisfeitos e revoltados com a situação de escravidão, castigos e maus-tratos, rebelaram-se e fugiram indo se amocambar na área do senhor Miranda.



Foto: <http://www.dominiopublico.gov.br/r>

Ainda existe uma informação sobre um Termo de Posse de Domingas Francisca do Espírito Santo como a herdeira da região conhecida como São Joaquim do Curiaú.

Até o presente momento, esse Termo era o mais remoto documento a mencionar o Curiaú de forma oficial.

Porém, as cartas régias encontradas no Arquivo Histórico Ultramarino colocam em dúvida, não somente a data exata de chegada africana naquele lugar, mas, também, as prováveis motivações históricas para a formação do lugar Curiaú.

(TRINDADE, 1999).

PROPOSTA DE ATIVIDADE



Realizar visita presencial com a turma no quilombo do Curiaú.

Após a visita solicitar aos estudantes que elaborem um texto citando as impressões que tiveram do quilombo do Curiaú e de suas gentes.

Nesse texto, os estudantes, sob a orientação do professor, deverão incluir conhecimentos já adquiridos sobre o quilombo em outras aulas.

Concluída essa etapa, o professor poderá formar uma roda de leitura para que os estudantes façam exposição oral dos textos produzidos, finalizando esta atividade com comentários e reflexões sobre os territórios quilombolas na atualidade.





Versão sobre a formação do Curiaú. Fonte: Ilustração feita por M Silva (2022)

ASPECTOS TERRITORIAIS

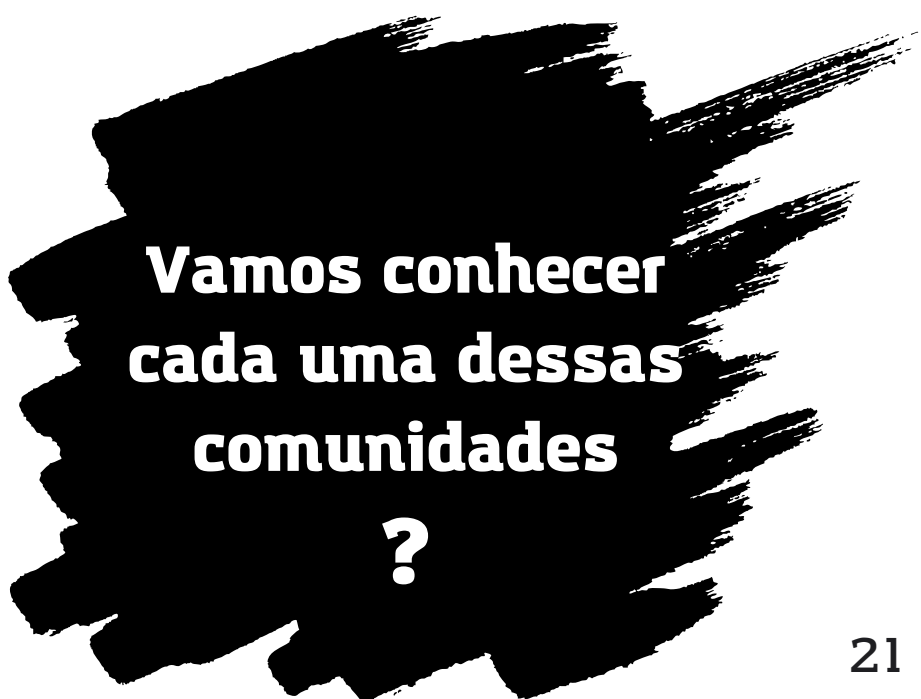
O Quilombo do Curiaú é formado por:

Territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas (TRCQ)

Os TRCQ são áreas que estão legalmente protegidas, pois fazem parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Curiaú.

Fazem parte do Quilombo três importantes comunidades:

- Curiaú de Fora/Cima
- Curiaú de Dentro/Baixo
- Extrema



**Vamos conhecer
cada uma dessas
comunidades**

?

CURIAÚ DE FORA/CIMA

A comunidade do Curiaú de Fora/ Cima, tem essa denominação por ficar mais longe do rio Curiaú e mais próxima da Rodovia do Curiaú.

Nessa comunidade tem um núcleo populacional significativo de aproximadamente 150 famílias, distribuídas ao longo de várias ruas.

A rua principal é chamada São Januário que passa em frente a Igreja de São Joaquim que tem a seu lado a sede utilizada para as festividades.



Rua São Januário e Igreja de São Joaquim.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Sede da festividade de São Joaquim.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

A comunidade do Curiaú de Fora/ Cima também possui uma igreja evangélica, posto de saúde, comércios, campo de futebol e um cemitério.



Campo de futebol Vovô Januário.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

O campo de futebol é denominado **Vovô Januário**, uma homenagem da comunidade curiaense ao seu **Januário Clarindo dos Santos**, um dos grandes foliões dos festejos de santos no Curiaú.



Uma particularidade sobre a **Escola Municipal Joana Santos**

O nome dessa escola foi escolhido pelos próprios moradores em homenagem singela a Dona Joana, uma das mais antigas moradoras do quilombo, que contribuiu significativamente para a manutenção da cultura quilombola e para implantação da primeira unidade escolar do Curiaú de Fora/Cima.

Dona Joana era tão engajada que chegou a ceder sua própria casa para funcionar como escola e desta forma proporcionar ensino as crianças em idade escolar na comunidade.

Uma atitude muito nobre de Dona Joana, agora reconhecida com a concretização da escola que tem capacidade para atender aproximadamente duzentos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, anos iniciais.



Escola Municipal Joana Santos.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

O ponto ápice do calendário afro religiosa e cultural da comunidade Curiaú de Fora/Cima acontece com os festejos em homenagem a São Joaquim, padroeiro do Curiaú (em agosto), Santa Maria (em maio), São Tomé (em 21 de dezembro), e a de Nossa Senhora da Conceição (em de dezembro).

No geral as festas são realizadas por família diferentes.

Joaquim Araújo da Paixão

Carinhosamente conhecido como

seu Carolina

Aposentado,
ex-presidente

da Associação de Moradores do Curiaú folião,
organiza há mais de 50 anos a festa do glorioso
São Joaquim

Uma pessoa com muitas histórias e memórias
sobre o Curiaú.



Seu Carolina

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo
(2020)

A família Gorgia realiza
somente a festa de
Nossa Senhora da
Conceição há mais de 70
anos.



Rede Social Gorgia.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo
(2020)

CURIAÚ DE DENTRO/BAIXO

Segundo Trindade (2015), a linha imaginária do Equador corta a cidade de Macapá da mesma maneira que o lago Curiaú corta a Vila do Curiaú de Dentro, ambas localizadas “no meio do mundo”. É nesse cenário de cursos de água, de terras firmes, várzeas altas e baixas que se chega ao Curiaú, que está localizado a 8 km do centro de Macapá, capital do estado do Amapá.

O Curiaú de Dentro/Baixo tem essa denominação por ficar mais adentro do território. Antigamente, seu acesso ocorria pelo rio Curiaú, agora ocorre também pela Rodovia do Curiaú.

É a maior comunidade que compõe o quilombo do Curiaú, composto por aproximadamente 168 famílias.

Nessa comunidade existem:

- A Associação de Moradores, construída com recursos próprios dos quilombolas;
- A Associação de Mulheres Mãe Venina. instituição que luta pela preservação da cultura, pelos direitos das mulheres e melhorias nas condições dos moradores;
- **A Maloca da Tia Chiquinha, local utilizado para vários eventos e festas da comunidade;**
- As Igrejas de Santo Expedito e Santo Antônio;
- **A Escola Estadual Quilombola José Bonifácio;**
- Balneário da Ilha, restaurantes, bares, comércio;
- **Balneário do Curiaú;**
- **Museu parque Ecológico do Curiaú;**
- Oficinas de souvenir, de móveis, de tambores de Batuque e caixas de Marabaixo do mestre Pedro Bolão;
- Lojas de souvenir da Esmeralda Santos, empreendimento de fabricação de gengibirra. As imagens de 8 a 14 apresentam este lugar.

CENÁRIOS DA COMUNIDADE



Rua Santo Antônio/Curiaú de Dentro/Baixo.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020).



Igreja de Santo Antônio.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

CENÁRIOS DA COMUNIDADE



Maloca da Tia Chiquinha.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020).



Associação dos Moradores.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

CENÁRIOS DA COMUNIDADE



Posto de Saúde.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo
(2020)



Escola Quilombola José Bonifácio.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

Observando as comunidades Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora percebemos que cresceram tanto que a olho nu não mais existe limites entre elas.

Restando os limites da memória das comunidades.

Como em qualquer grupo social, existem divergências e conflitos internos, No Curiaú existem conflitos em decorrência do território, por conta dos não nascidos que passam a morar dentro da comunidade (por meio de casamentos com membros nascidos nas comunidades), e o não respeito às regras do estatuto desse quilombo.

Segundo Trindade (2015) os conflitos em decorrência do uso da terra são recorrentes devido a APA do Rio Curiaú. Nesse sentido, os agricultores quilombolas passaram a conviver com uma série de regras de licenciamento para fazerem suas roças, provocando conflitos que são judicializados e que envolvem os órgãos ambientais como a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e o Instituto de Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (IMAP).



Extrema

É a terceira comunidade que compõe o Quilombo do Curiaú,

Possui essa denominação por estar na divisa entre o Quilombo do Curiaú e O bairro Novo Horizonte.

Décadas atrás a área do bairro pertenceu ao Quilombo, perdida em consequência de invasão e, mais tarde, desapropriada legalmente.

Residem na comunidade aproximadamente umas 140 famílias unidas por laços consanguíneos e de afetividade.

Extrema tem seus limites finais com a comunidade Curiaú Mirim, integrante da APA do Rio Curiaú, sobre a qual falaremos mais adiante.

A comunidade possui:

- Estabelecimentos comerciais
- Uma igreja evangélica
- A rua principal Raimundo Neves Brito

A rua principal é chamada **Raimundo Neves Brito**, representa a divisa desta comunidade com o bairro Novo Horizonte, cujo território já pertenceu ao Curiaú, perdido após invasão e mais tarde desapropriado da comunidade do Curiaú. Assim do lado esquerda desta rua tem-se a Extrema e do lado direito o bairro Novo Horizonte.



Final da Rua Raimundo Neves Brito, ao fundo entrada da Comunidade Cuiará Mirim.

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Entrada da comunidade Extrema, Rua Raimundo Neves de Matos. À esquerda Extrema e a direita bairro Novo Horizonte.

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Seu Manjarra ouvindo rádio em sua residência.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Rua Raimundo Neves de Matos.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Batuque em comemoração ao Título Definitivo

Fonte: Ilustração feita por M Silva (2022)

A proteção do Território, das Memórias, dos Saberes do Curiaú

O Estado do Amapá possui considerável número de comunidades remanescentes de quilombos, espalhados em seu território entre tituladas e certificadas. 47 são certificadas e quatro (4) tituladas junto aos órgãos competentes.

A Fundação Cultural Palmares (FCP), é a responsável pelas titulações e certificações desses territórios junto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esses baixos números de comunidades certificadas e tituladas refletem a burocracia e as dificuldades que essas comunidades enfrentam na luta por reconhecimento.

A **Comunidade do Curiaú foi titulada em três de dezembro de 1999**, entrando para a história como a primeira comunidade remanescente de quilombola a ser titulada no estado do Amapá.

Foi um processo longo e burocrático em busca de sua titulação. Suscitou articulação política por partes dos moradores e movimento negro no Amapá.

A campanha pela titulação ganhou força com a promulgação da **Constituição da República Federativa do Brasil em 1988**, que denominou os quilombos como **Patrimônio Cultural Brasileiro** em seu artigo 216, e, também, com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), artigo 68, que assegurou o direito de posse dos territórios já ocupados por remanescentes de quilombolas.

A introdução deste artigo na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representou os principais anseios do Quilombo do Curiaú. Uma vez que, reconhecido seu território, também, poderia ser preservada sua cultura, seu tesouro, saberes, práticas, crenças e modo de vida.

Registro do Território do Quilombo do Curiaú

REGISTRO DE IMÓVEIS DA
COMARCA DE MACAPÁ

Matrícula	Folha
15232	2



LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

as situações jurídicas parentais existentes e não observadas até a presente data, por, em consequência da descrição do perímetro objeto do presente memorial.

PROPRIETÁRIA: União Federal

REGISTRO ANTERIOR: L. 2, sob o nº 22, fls. 22

P.19192

Macapá-AP, 13 de outubro de 2000

[Assinatura] Oficial Substituto

R.01/15232 - A **UNião FEDERAL**, representada pela **FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, criada pela Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, inscrita no **COCOM** sob o nº 32.901.688/0001-77, doravante denominada **FCF**, neste ato representada por sua Presidente **DULCE MARIA PEREIRA**, brasileira, casada, portadora da **CI** nº 10.488.413-2-SSP/SP e **CPF** nº 119.407.511-82, residente e domiciliada em Brasília - DF, doravante simplesmente denominada **OUTORGANTE**, com fundamento no art. 68 do art. das Disposições Constitucionais Transitórias e no Art. 14, inciso IV, alínea C, da Medida Provisória nº 1911-12, de 25 de novembro de 1999, pelo presente **TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO FCFP** nº 001/99, com plena força e validade de escritura pública, inscribe o domínio aos **REMANESCENTES DE QUILOMBO DA COMUNIDADE DE CURIAÚ**, sociedade de fato, adiante simplesmente denominada **OUTORGADOS** que integram este título e que neste ato são representados pela sua **ASSOCIAÇÃO**, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 13 de setembro de 1997, registrada no livro de pessoas jurídicas do 1º Ofício de Notas e de Registro da Comarca de Macapá-AP, sob o nº 400, do livro nº A-06, inscrita no **COC** nº 14.571.978/0001-32, representada pelo seu presidente, **JOSÉ ARAÚJO DA PAZ**, brasileiro, casado, pedreiro, portador do **RG** nº 69.363/SSP-AP e do **CPF** nº 208.766.452-87, a área rural objeto da presente matrícula Dou R.

Macapá-AP, 13 de outubro de 2000

[Assinatura] Oficial Substituto

AV.02/15232 - **SUBDIVISÃO:** Proceder-se a presente averbação para constar que a requerimento da Proprietária **REMANESCENTES DE QUILOMBO DA COMUNIDADE DE CURIAÚ**, acima identificado e de acordo com os memoriais descritivos assinados por Raimundo Pinheiro da Silva, Sócio Gerente e Responsável Técnico, inscrita no **CREATP** sob nº 4027, Voto 0257AP,

Matrícula	Folha
15232	1



LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

IMÓVEL: Área de terra com 3.321,8951 hectares mil, trezentos e vinte e um hectares, cento e nove ares e trinta e um centímetros, situada no Município de Macapá, neste Estado, denominada ao Quilombo do Curiaú, com os seguintes limites e confrontações: Norte: com a Gleba Metapi Curiaú e Vila Nova; Sul: com a Área urbana da cidade de Macapá e lotes 291,670, 16A, 193 e 25W; Leste: com a Margem direita do Rio Curiaú e Oeste: com a Comunidade de Carralinhos e lotes nºs 200 e 43W. Perímetro: 30.941,24 (trinta mil novecentos e quarenta e um metros e vinte e quatro centímetros). **DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO:** Inicia o perímetro da área no marco M-16, localizado na margem direita do Rio Curiaú no local denominado Mocambo e limite comum com o lote 25W, definido pela coordenada geográfica de latitude 00°07'05,1"N, e longitude 51°00'35,0"Wgr, elipsóide SAD-69 e pela coordenada plana UTM N-10013051,660m e E-498917,460m, referida ao Meridiano Central 51°Wgr desta, com azimute de 247°58'01" e distância de 1.080,37 metros chega-se ao marco M-527 localizado no limite do lote 25W, deste, com azimute de 233°05'32" e distância de 351,73 metros, chega-se ao marco M-10, localizado na divisa do lote 193, deste com azimute de 230°05'50" e distância de 312,87 metros chega-se ao marco M-528F, deste, deste, com azimute de 236°53'02" e distância de 343,30 metros chega-se ao marco M-09, deste, com azimute de 256°01'15" e distância de 469,52 metros chega-se ao marco M-QLB 04, deste, com azimute de 237°20'45" e distância de 257,30 metros, chega-se ao marco M-QLB 05, deste, com azimute de 232°59'02" e distância de 272,87 metros chega-se ao marco M-13A, deste, com azimute de 186°29'59" e distância de 340,55 metros chega-se ao marco M-QLB 06, deste com azimute de 277°10'51" e distância de 471,91 metros chega-se ao marco M-QLB 07, deste, com azimute de 276°35'03" e distância de 1.070,29 metros chega-se ao marco M-QLB 08, deste, com azimute de 267°25'58" e distância de 548,99 metros chega-se ao marco M-QLB 09, deste atravessando a Rodovia do Curiaú com azimute de 298°17'38" e distância de 695,66 metros chega-se ao marco M-501F, limite comum com o lote 16A, com azimute de 252°57'22" e distância de 645,74 metros chega-se ao marco M-502F, deste, com azimute de 314°20'47" e distância de 58,88 metros chega-se ao marco M-200F, deste com azimute de 255°36'21" e distância de 139,43 metros chega-se ao marco M-2000; deste, com azimute de 08°18'11" e distância de 653,29 metros, chega-se ao marco M-1P, deste, com azimute de 229°57'21" e distância de 78,74 metros chega-se a estação MS-54, desta, com azimute de 263°42'22" e distância de 144,65 metros chega-se a estação MS-53, desta, com azimute de 246°12'08" e distância de 360,53 metros chega-se a estação MS-51; desta, com azimute de

REGISTRO DE IMÓVEIS DA
COMARCA DE MACAPÁ

A CERTIFICAÇÃO

Após a titulação, começava a luta pela certificação.

Não foram dias fáceis, mas a comunidade acreditava que esse momento aconteceria em breve. Porém, a certificação do Quilombo do Curiaú pela Fundação Cultural Palmares somente foi consolidada através da Portaria nº 28 de 13 de março de 2013. A certificação, somada a titulação, consolidou as batalhas pelo reconhecimento, garantia de território, preservação e valorização do patrimônio Histórico Cultural.



FUNDAÇÃO CULTURAL PALMEIRAS
PONTA DA NEVE DE 12 DE MARÇO DE 2011

12 Presidente da Fundação Cultural Palmeiras, em nome de quem
estou fazendo esta declaração pelo artigo 17 de Lei nº 7.494 de 23 de
agosto de 1986, que regulamentou uma Lei Complementar nº 89, da
Constituição Brasileira de 1988, e pelo artigo 17 da Lei nº 1.340, de
1966, assinada pelo Presidente nº 5.029, de 19 de maio de 2004, o
Declaro, o valor de R\$ 20,00 de setembro de 2010, 12 P-17 de artigos 17
e 17 da Lei nº 1.340, de 1966, e do artigo 17 da Lei nº 7.494 de 23 de
agosto de 1986, publicado no Diário Oficial da União nº 278 de 28 de
setembro de 2007, Diário 1, de 29 setembro.

DECLARADO POR: **JOÃO CARLOS GOMES** (Cultural) nº 18, o
CERTIFICADO, que, mediante os documentos de autenticação e os
procedimentos estabelecidos na Fundação Cultural Palmeiras, de
autenticar a validade da presente declaração.

COMUNIDADE DE CURIAÚ, localizada no município de MACAPÁ/AP, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 014. Registro n.º 1.766. 11.183 - processo nº 01420.0004127/1997-33;

A questão da proteção do território, memórias e saberes das comunidades do Curiaú é preocupação e uma luta constante, mesmo o Quilombo do Curiaú tendo seu território Titulado e Certificado, infelizmente isto não evitou a perda de parte de seu território seja através da desapropriação governamental ou pela especulação imobiliária.

Segundo Silva (2000), o território do Curiaú era muito maior, abrangia parte do bairro Capilândia, atual bairro Novo Horizonte. Relata que o prefeito de Macapá na época (João Alberto Capiberibe) loteou a área sem o consentimento dos moradores que nada puderam fazer para evitar a perda do território. Assim, os moradores exigiram o asfalto da rodovia do Curiaú em troca da terra expropriada.



Os moradores do Curiaú estão sempre em vigilância em relação ao território, buscando a manutenção de seus saberes, práticas e modos de vida.

Fazem com isso seu meio de expressar a cultura do Quilombo do Curiaú, mantendo vivo seu tesouro cultural: as festas de santo, o Batuque, o Marabaixo, a comida, a bebida, o cultivo da roça, a criação de gado, eventos como Tambor da Liberdade que tem como objetivo fortalecer a identidade quilombola através de debates, festas e muito Batuque, Marabaixo e gengibirra.

Essas atividades culturais além proteger o território quilombola, as memórias e os saberes fomenta a economia do quilombo com a visita de turistas e consumo das comidas, bebidas, indumentárias, survinis e tambores de batuques e caixas de Marabaixo.



O Quilombo do Curiaú faz parte também da Área de Proteção Ambiental, denominada de APA do Rio Curiaú. Essa APA foi oficialmente instituída em 15 de setembro de 1998, por meio da Lei Estadual nº 431, com área de 21.676 hectares. Voltada especialmente para a conservação da biodiversidade local. A APA do Rio Curiaú compreende um sítio histórico e ecológico de fauna e flora peculiar, tem como principal objetivo proteger os recursos ambientais e os sistemas naturais ali existentes, visando à melhoria da qualidade de vida das famílias residentes.

Um lugar de lindas e exuberantes paisagens que o torna único. Neste sentido, a importância cultural, social e ambiental do quilombo do Curiaú extrapola os limites territoriais e culturais.

Isso mostra que devemos ter responsabilidade social com o quilombo no sentido de equilibrar o desenvolvimento com a preservação, garantindo sustentabilidade responsável entre suas gentes.

A APA do Rio Curiaú é uma **unidade de conservação** para proteger os ecossistemas naturais e a cultura dos remanescentes de quilombolas, no intuito de melhorar a qualidade de vida das gentes residente no quilombo.

APA DO RIO CURIAÚ

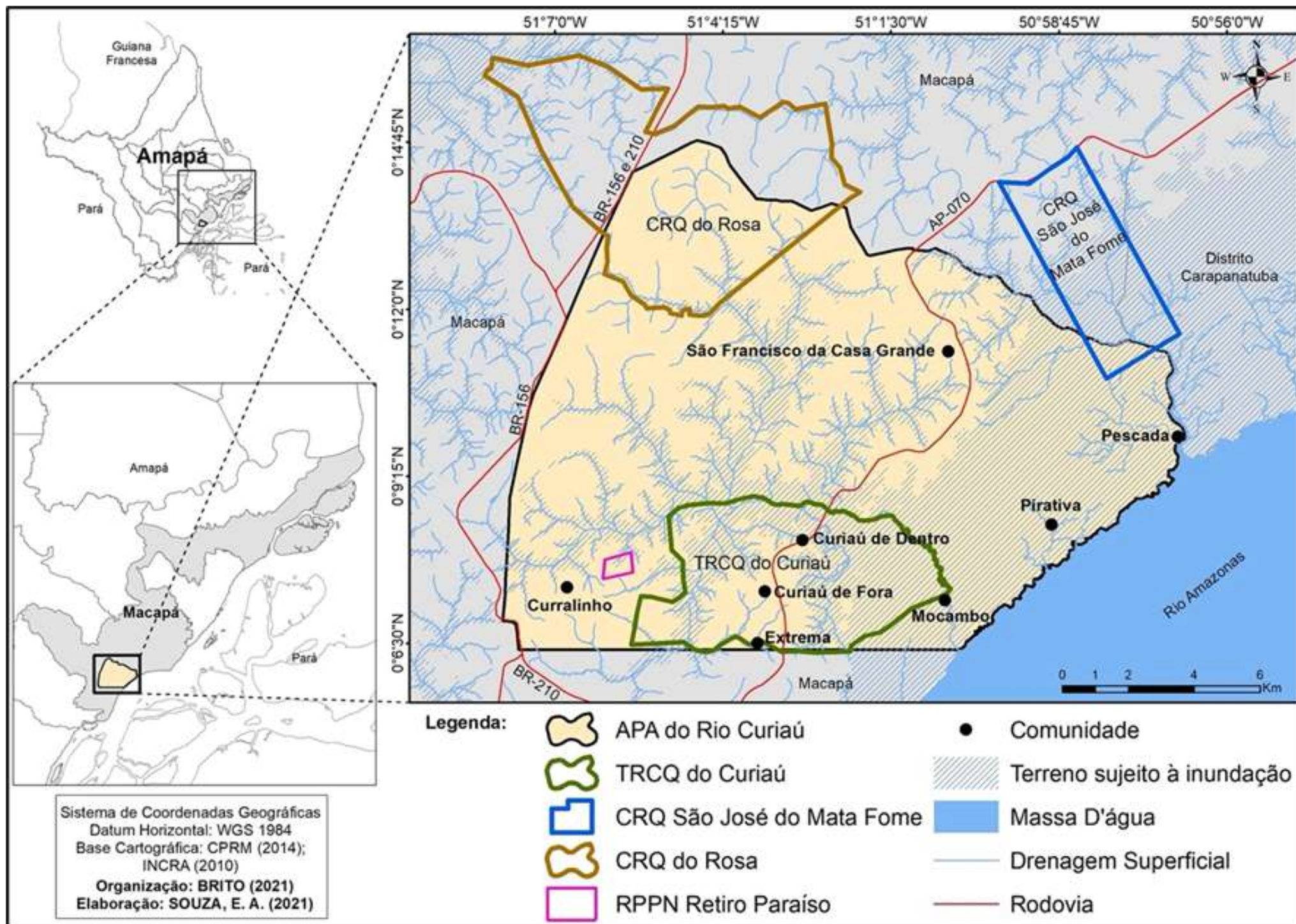


Ponte na APA do curiaú

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú é uma unidade de conservação que tem como finalidade ordenar a ocupação territorial para proteger e conservar os recursos ambientais, os ecossistemas naturais e a cultura remanescente afro-brasileira, visando a melhorar a qualidade de vida das populações residentes, conforme art. 1º, da Lei 4.31/98. (CANTUÁRIA 2011, p.54)

Localização das Territorialidades do Curiaú, a APA e o Quilombo



A APA DO CURIAÚ

Possui um rico e diverso ecossistema local que vão de ambientes naturais como cerrados a campos inundáveis, com floresta de várzea, floresta densa e de alto porte, composta por matas virgens.

A hidrografia é constituída de lagos margeada por bosques de buritis e de lagos que abrigam peixes, mamíferos e répteis de variadas espécies.

Na entrada da comunidade do Curiaú de Fora, logo se vê a beleza singela da APA, o lago do Curiaú é uma paisagem de encanto.

Durante os primeiros seis meses, no inverno, o rio fica cheio, servindo de habitat natural para peixes, pássaros e búfalos criados por moradores da comunidade

No verão o rio fica mais seco, mudando a paisagem do lugar. Habitam neste santuário natural, aproximadamente, quinhentas famílias.



APA do curiaú

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

PROPOSTA DE ATIVIDADE

Propor aos alunos que desenhem os pontos turísticos e não turísticos do **Quilombo do Curiaú** como: os Balneários do Curiaú e da Ilha, Museu e Parque Ecológico e Cultural, as Igreja de São Joaquim, Santo Antônio, Santo Expedito, Maloca da tia Chiquinha, Escola Quilombola José Bonifácio e Escola Municipal Joana Santos.

A atividade terá a finalidade de levar os estudantes a compreenderem esses lugares como bens culturais e naturais que fazem parte da história do quilombo e que estão ligados à identidade do local, representando não apenas uma fonte de lazer, mas também uma importante fonte de pesquisa para conhecermos a História das pessoas que vivem nessa comunidade.



LINHA DO TEMPO DO

Provável início do
festejo de São
Joaquim, padroeiro
do Quilombo do
Curiaú (VIDEIRA,
2010)

O governo do Estado do Amapá
através do Decreto nº 1418 tomba
a vila do Curiaú como Patrimônio
Cultural do Amapá, considerando
que a mesma abriga grupos
populações remanescentes de afro
descendentes.

1888

13 de maio de 1888
marca o nascimento
da primeira mulher
nascida no Quilombo
do Curiaú, dona
Benedita Carlota do
Rosário (a Mãe
Velha ou Tia
Cambimba).

1900

O Quilombo do Curiaú teve seu território
reconhecido judicialmente em nosso país pela
Constituição federal de 1988, que incluiu os
quilombos como “patrimônio cultural brasileiro”
(artigo 216), e o artigo 68 do Ato das
Disposições Constitucionais Transitórias, que
prever o tombamento dos sítios detentores de
reminiscências históricas dos antigos
quilombos”. (VIDEIRA 2013)

1988

1992

1997

Relatório de
Identificação Nascido
no Curiaú, realizado
pela pesquisadora
Rosa Acevedo Marin
(1997).

QUILOMBO DO CURIAÚ

A Comunidade do Curiaú foi o primeiro território quilombola a ser titulado no Estado do Amapá, em três de dezembro de 1999, pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

O Marabaixo, manifestação cultural das comunidades negras do estado do Amapá, como o Quilombo do Curiaú, foi reconhecido, no dia 8 de novembro de 2018, tornando-se Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2018).

1998

1999

2013

2018

2019

APA do Rio Curiaú foi criada oficialmente instituída em 15 de setembro de 1998, por meio da Lei Estadual nº 431, com área de 21.676 hectares.

Foi consolidada a Certificação do Quilombo do Curiaú pela Fundação Cultural Palmares, uma conquista importante, ocorrida através da Portaria nº 28 de 13 de março de 2013.

A gengibirra bebida apreciada nas festas de Santo, Batuque e Marabaixo no Quilombo do Curiaú tornou-se Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado do Amapá pelo Projeto de Lei nº. Ordinária nº 0128/19

VOCÊ SABIA?



Complexo do Museu.

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



NO QUILOMBO EXISTE O MUSEU E PARQUE ECOLÓGICO CULTURAL DO CURIAÚ.

Inaugurado em 2002, passou por duas revitalizações: em 2012 e em 2021.

Possui uma maloca e uma casa, para acolher as atividades artísticas e culturais do quilombo.



Casa do Parque Ecológico.
Fonte: Arquivo da pesquisa
de campo (2020)



A casa do museu, durante algum tempo serviu como base para Polícia Militar do Amapá. Mas, os moradores ficaram insatisfeitos com a falta de zelo pelo patrimônio. Então, a casa e todo o complexo do museu passaram para a tutela da Associação de Moradores do Curiaú.



Maloca.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)





Salão da Maloca.

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

ASPECTOS ECONÔMICOS

MODO DE VIDA E SUBSISTÊNCIA

A economia do Quilombo do Curiaú é baseada na **agricultura familiar** e de **subsistência**, especialmente para o consumo próprio, com plantações hortaliças, plantas medicinais, mandioca e pecuária.

Na **pecuária** destacam-se a criação de pequenos rebanhos de gados, como búfalos, por alguns moradores.

Os búfalos podem ser observados ao longo do Quilombo, com os rebanhos pastando em pasto naturais ao longo do rio.

Rosa Marin (1997) afirmou no Relatório Nascido no Curiaú que a criação do gado está identificada com a história de ocupação do Quilombo.



Criação de gado, amaiado (pastando) nos campos do Curiaú.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

ATIVIDADES PRODUTIVAS

As famílias mesmo vivendo na APA, praticam o extrativismo animal, caça e pesca, mas respeitando a legislação ambiental.

Ainda praticam criação de porcos, pato e galinha.

Os produtos que fomentam a economia e geram renda são: mandioca, abacaxi, açaí, banana e milho.



Moradores pescando.

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

A mandioca

A produção da farinha é uma tradição familiar dentro do Curiaú.

Porém segundo a família do Tio Anduda, seu Cecílio Ramos já falecido, ele passou essa tradição e o ofício de fazer a roça e farinha para seus filhos.

Na atualidade esta atividade está perdendo espaço, pois são poucas as famílias que ainda produzem farinha.

Os filhos do Tio Anduda - Nazaré Ramos, Joaquim, Jandira e Olgarina - mantém essa tradição.

Ainda complementam a renda da família com a criação de galinha e pato, venda de ovos, o cultivo de açaí, banana, laranja, limão, manga, produtos que abastecem o mercado interno do quilombo e para turistas.

A mandioca é principal produto de cultivo no Curiaú. Possui vários derivados:

As folhas, denominadas de maniva, são consumidas como ingrediente da **maniçoba**, uma espécie de feijoada com influência afro-brasileira e indígena muito apreciada na gastronomia amazônica.

Da mandioca se extrai também o tucupi (bebida) usado no prepara de inúmeras comidas da região amazônica, como tacacá, pato e arroz.

A tapioca em goma é usada no preparado do tacacá e tapioquinha.

A farinha de tapioca, muito consumida em bolos, mingau e para ser comida com açaí, leite e café.

Da tapioca pode-se também fazer beiju na casca da bananeira, recheado com erva doce e bolacha torrada no forno de farinha.

Das sobras do preparo da farinha de mandioca tem-se a crueira, uma espécie de massa utilizada no preparo de mingau com leite.

O principal derivado e mais lucrativo da mandioca é a farinha, que pode ser comum e de ralo e farofa.

Extração dos derivados da mandioca e o
preparo da farinha,



Irmãos Tio Anduda na fabricação da farinha.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Mandioca.

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Torrimento da Farinha.

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Crueira (Resíduo da Mandioca).
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Peneiração da Farinha
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Apuramento do Tucupi.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Tucupi.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Aspectos econômicos do Curiaú. Fonte: Ilustração feita por M Silva (2022)

COMPLEMENTAM A ECONOMIA DO QUILOMBO

A **fabricação de caixas e tambores** de batuque e de Marabaixo

Móveis,

Artesanato, com fabricação de bonecas, vasos, cestos, com materiais reciclados

Os tradicionais suvenir em madeira sobre a cultura quilombola.

O **turismo**, movimentado nos balneários do Curiaú e da ilha, além das festas dos santos, que ocorrem o ano todo, atraem turistas e movimentam bares e restaurantes

Alguns quilombolas são **servidores da rede pública e privada**, atuando dentro e fora do quilombo.



EMPREENDEDORISMO



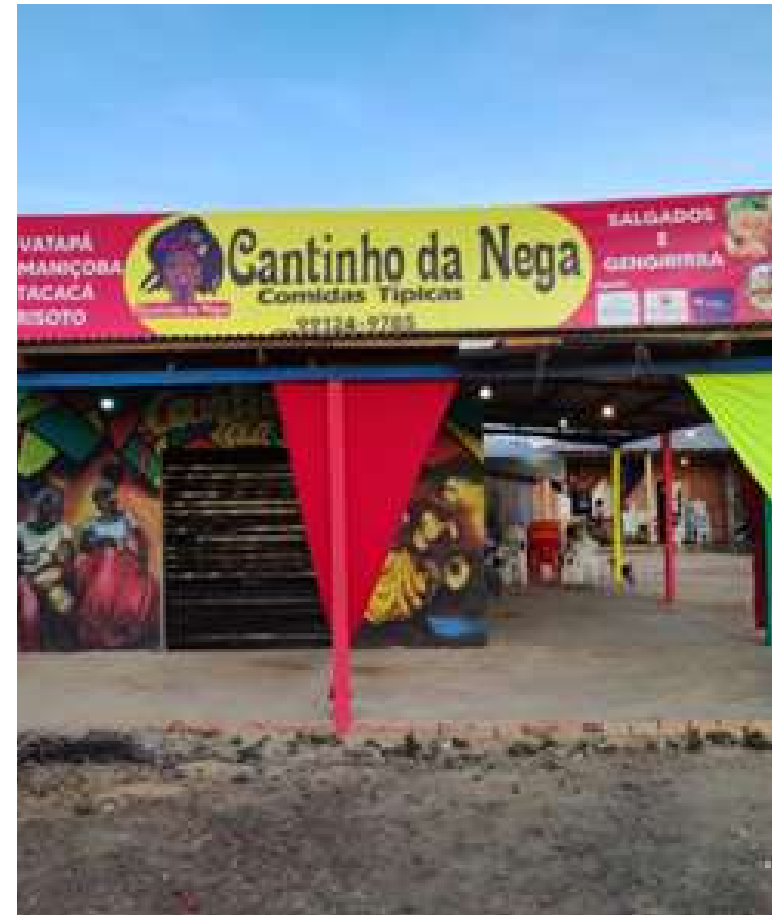
Márcia Santos, chamada de **Nega**, **empreendedora**, cantora, batuqueira, marabaixeira, uma das puxadoras do bloco carnavalesco Kulembé, produz gengibirra muito consumidas nos festejos do Curiaú e principalmente vendida no Quilombo, Macapá e para vários Estados brasileiros.



Cantinho da Nega.

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

Muitos quilombolas são **pequenos empreendedores**, dentro e fora do quilombo, em atividades diversas.



Loja de souvenir da Esmeralda Santos.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Oficina de tambores e móveis de Pedro Bolão.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Elinete Ramos trançadeira do Quilombo
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

A GENGIBIRRA

A gengibirra, bebida tradicional feita a partir do gengibre e aguardente de cana, servida nos festejos dos Santos e rufar das bandaias (tambores) do Batuque e toque das caixas do Marabaixo tanto no Quilombo do Curiaú, quanto no ciclo do Marabaixo.

A Gengibirra é uma parte integrante deste arcabouço cultural das comunidades que compõem o Quilombo do Curiaú,

Além de representar a cultura alimentar, integra a economia do quilombo com sua fabricação e venda.

Gengibirra Fabricada e Vendida no Curiaú



A gengibirra tornou-se Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado do Amapá. em 2019, através do Projeto de Lei nº Ordinária nº 0128/19, de autoria da deputada Cristina Almeida (PSB).

Turismo

Balneário da Ilha



Deck do balneário da Ilha. Fonte: Wanda Borges (2022)

O balneário da Ilha está localizado no Curiaú de Dentro/Baixo.

Um local de linda e exuberante paisagem, muito apreciado pelos moradores da comunidade e por turista.

Possui um restaurante e dois bares.



Deck do balneário da Ilha.
Fonte: Wanda Borges (2022)



Ponte de acesso ao bar da Ilha.
Fonte: Wanda Borges (2022)



Tablado do Balneárioda Ilha
Fonte: Wanda Borges (2022)



Deck do Bar da Ilha.
Fonte: Wanda Borges (2022)

Balneário do Curiaú



Balneário do Curiaú (Verão de 2019).
Fonte: Prefeitura de Macapá

O Balneário está localizado na entrada da Vila do Curiaú de Fora.

É formado pelo rio Curiaú e faz parte da Área de Proteção Ambiental do Curiaú (APA).

Possui dois restaurantes um de cada lado da Rodovia do Curiaú, que o atravessa sua área construída em madeira.

É frequentado tanto pelos quilombolas, quanto por turistas de várias partes do Estado, Brasil e até do exterior.

As pessoas apreciam uma peculiar fauna e flora e lindos campos, com pássaros incríveis, como garças e com búfalos.

O amanhecer e o entardecer neste lugar são espetaculares. No amanhecer tem-se a neblina sobre a água. O crepúsculo no final do dia é uma experiência fantástica e inesquecível.

O espaço permite a realização de diversas atividades turísticas, como banho de sol, de rio, pesca, fotografia e participar dos movimentos culturais do Quilombo, com apresentações de Batuques, Marabaixo e degustação da maravilhosa comida da região.

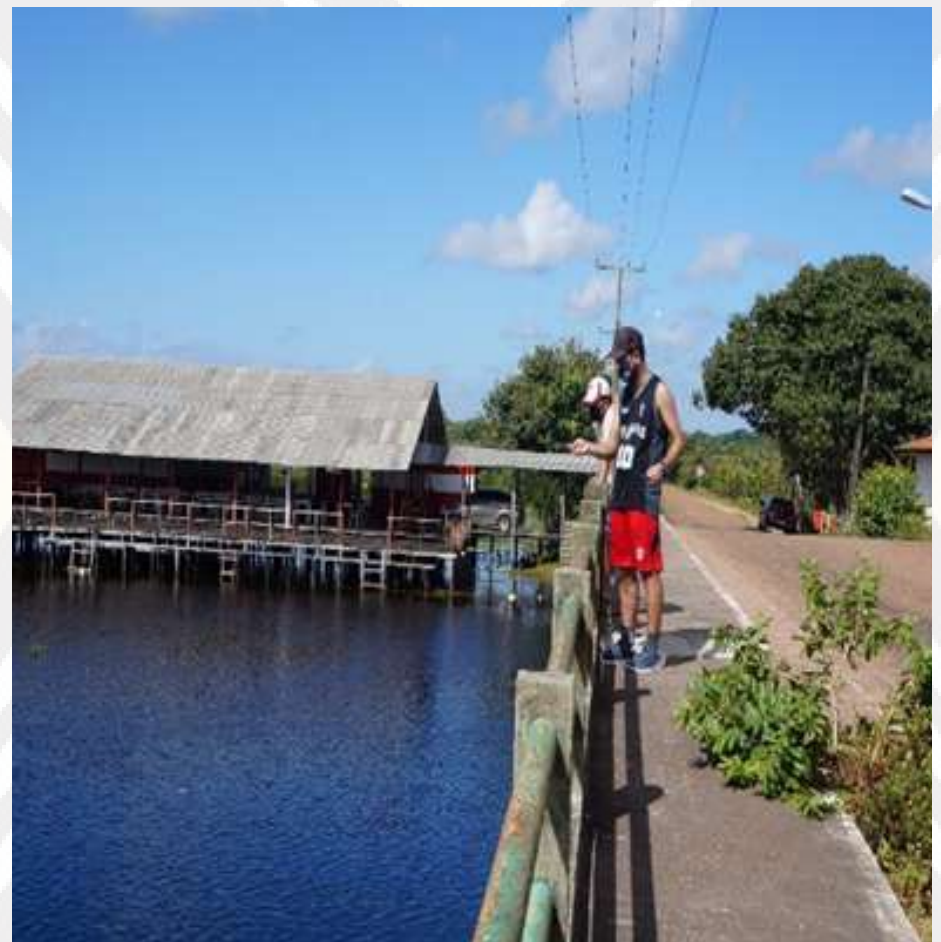
BALNEÁRIO DO CURIAÚ



imagem Balneário do Curiaú.
Fonte: Águia Drone Imagens Aéreas - HD (2018)



Deck do Balneário do Curiaí.
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)



Turista Pescando (Julho de 2020).
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020)

PROPOSTA DE ATIVIDADE

Propor aos estudantes a elaboração de um caderno de receitas afro-brasileira, incluindo a receita da gengibirra, bebida típica do amapá apreciada nas rodas de batuque e Marabaixo no quilombo do Curiaú e demais comunidades quilombolas.

Nessa atividade, o objetivo é mostrar a importância e a influência da cultura africana na culinária afro brasileira, especialmente na região norte. A culinária quilombola introduziu a panela de barro que torna único e irresistível o sabor das comidas. Ingredientes como derivados da mandioca, leite de coco, feijão preto, quiabo e comidas como vatapá, feijoada e maniçoba são muito consumidos. Assim, a sugestão é que os estudantes possam pesquisar receitas em todo o Brasil e, sobretudo, no norte, para produção de um livro de receitas. Essa atividade pode ampliar e aguçar o conhecimento dos estudantes sobre a culinária e a História das comunidades afro brasileiras.



LIVRO DE RECEITAS

**Colocar ilustrações e motivos afro brasileiros
na página de cada receita
(por exemplo colocar bordas com imagens da
cultura afro brasileira)**

AFRO-BRASILEIRA

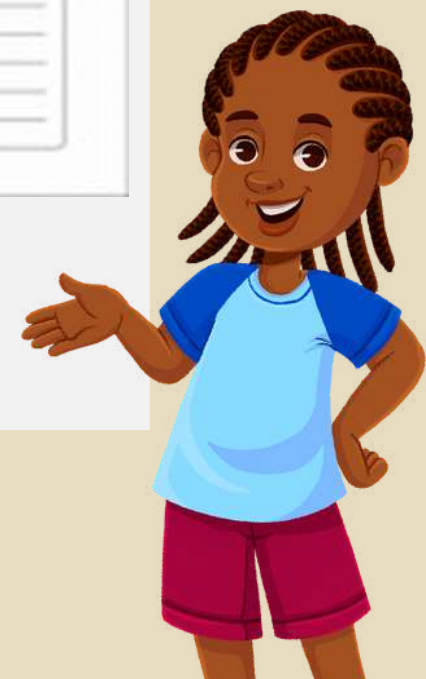


Receita

Autor(a) _____

INGREDIENTES

MODO DE PREPARO





Aspectos Culturais do Curiaú
Fonte: Ilustração feita por M Silva (2022)

ASPECTOS CULTURAIS

MANIFESTAÇÕES AFRO-RELIGIOSAS

O Aspecto Cultural do quilombo do Curiaú é algo peculiar que impressiona todos que tem a oportunidade de conhecer este maravilhoso lugar, de gentes de talentos diversos, inspirados em sua ancestralidade africana e afro brasileira.

O quilombo do Curiaú é uma verdadeira efervescência cultural, um território repleto de grandes artistas, artesãos, artistas plásticos, escritores, benzedeadas, trançadeiras, dançadeiras, cantores, tocadores de caixa de Marabiáxo e de tambores de Batuque.

Ao percorrer o quilombo, de imediato você é tomado por sentimentos de alegria, de acolhimento, ou seja, um olhar e riso largo daquelas gentes, tão simples, bonitas e orgulhosa de suas raízes e ancestralidade.

Festas de Santo

O orgulho dessas tradições é percebido nas tradicionais festas de Santo que ocorrem praticamente durante o ano inteiro como a do Glorioso São Joaquim, padroeiro do quilombo. É o marco de suas crenças, religiosidade, fé, devoção e confraternização entre si.

A festa do Glorioso São Joaquim é a mais antiga e tradicional, nasceu com seus primeiros moradores há mais de duzentos anos. Nestes festejos, além dos rituais religiosos, como missas, ladainhas, novenas, e folias, são ecoados os sons dos tambores do Batuque e de suas lindas bandaias (canções).

Assim, as festas em louvores aos santos são cheias de ritos, ritmos e sons que reverberam o sincretismo religioso tão marcante neste quilombo.

São Joaquim



Ladainhas

Fonte: Fotos Gabriel Penha/Arquivo/GI-AP (2019).

São Joaquim

As referências culturais de origem africana e portuguesa são características na história do Curiaú e de suas gentes. As imagens expressam momentos de devoção a São Joaquim, festejo que ocorre sempre de nove a dezoito de agosto na comunidade do Curiaú de Fora, seu início é marcado pelo momento da Aurora, Quando todos vão para dentro da Igreja de São Joaquim, para louvá-lo pela noite feliz e por mais um dia nascido (SILVA, 2004).

A Festa de São Joaquim é dividida em dois momentos:

- a festa da bandeira e
- a festa grande.

Manter o cantador firme, sem ficar bêbado é muito importante. Outra preocupação é para não furar os instrumentos, os tambores, os pandeiros, pois não tem como recuperar naquele exato momento (SILVA, 2005 p.34).

A comida é muito importante, pois mantém os brincantes dispostos.

Um fato interessante sobre os festejos religiosos é que eles são tradicionalmente organizados por diferentes famílias em todo o contexto do quilombo.

Uma tradição herdada dos antepassados, ou seja, de pai para filhos. Além do ritual religioso principal, a festividade é regada com muita alegria, comida, fé, ladainhas, missas e por dois ritmos do quilombo: o Batuque e o Marabaixo.



Missa

Fonte: Fotos Gabriel Penha/Arquivo/GI-AP (2019).



Roda de Batuque

Fonte: Fotos Gabriel Penha/Arquivo/GI-AP (2019).



Altar em homenagem a São Joaquim, Maloca da Tia Chiquinha, Curiaú de Dentro

Fonte: Arquivo pessoal de Pedro Bolão, 2021



Convite para a live da Festa de São Joaquim padroeiro do Curiaú direto da Maloca da Tia Chiquinha no Curiaú de Dentro.

Fonte: Arquivo pessoal do Mestre Pedro Bolão, 2021

Batuque

É uma manifestação cultural oriunda do Estado do Amapá.

O Batuque em Macapá, segundo Silva (2014), tem tradição na zona rural nas comunidades quilombolas em especial a do Curiaú.

A origem é referenciada pela revista “Tambores no meio do mundo: O rufar da cidadania”, organizada pela Secretaria Especial de Políticas para Afrodescendentes (SEAFRO/AP), que afirma:

“o batuque” tem suas origens no Amapá desde o século XVIII está ligado ao contexto do processo de ocupação da Vila de São José (Macapá) e Mazagão. Para ocupar a região foram trazidos negros na condição de escravos da África, Pará e Maranhão e nessas terras introduziram a “cultura do tambor”.

Silva (2014), diz que o batuque em Macapá foi organizado pelos escravos com objetivo de comemorar as parcerias e a união dos seus pares por meio da dança e de reuniões alegres.

O Batuque não reproduz sofrimento e delações do tempo da escravidão, como se vê no Marabaixo, e sim o aquecimento da cultura africana e afro-brasileira nas terras do Amapá como símbolo de pertença e continuidade de tradições ancestrais marcadas por momentos de cortejos e comemorações.

Videira (2013) afirma que no batuque o ritmo é entoado pelos tambores e pandeiros confeccionados por pessoas de dentro do Curiaú.

As "bandaias" são as "cantigas do batuque". Videira ressalta que essas manifestações possuem traços que se assemelham a tradição Bantu (grupo etnolinguístico localizado principalmente na África subsaariana). O maior Batuque do Curiaú, segundo os moradores do Quilombo, é em homenagem ao glorioso São Joaquim.

Essa festividade é marcada pelo sincretismo religioso entoados nas ladainhas, novenas e folias, que conta ainda com o momento profano que acontece através de danças, cantorias, comilança e ao som do rufar dos intensos tambores.

Os tambores são escavados em troncos de árvores que uma de suas extremidades coberta com couro de animal, carneiro ou sucuri.

Para os moradores do Curiaú, o Batuque expressa alegria, confraternização, que iniciou a conquista da liberdade, após o fim da escravidão no Brasil.



Mulheres Batuqueiras lideradas por Esmeraldina Santos, sua irmã Benedita e Rosana apresentando-se no Tambor da Liberdade ocorrido em maio de 2022 na Maloca da Tia Chiquinha/Curiaú
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo, 2022



Dança do Marabaixo, expressão cultural de devoção e resistência formado nas tradições, na organização e na identificação cultural entre as comunidades negras do Amapá, inscrita no Livro das Formas de Expressão em novembro de 2018.

Fonte: Iphan (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1941>).

Marabaixo

É expressão cultural de devoção e resistência, formado nas tradições, na organização e na identificação cultural entre as comunidades negras do Amapá. Foi inscrito no Livro das Formas de Expressão em 8 de novembro de 2018, do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN).

Constitui relevância para a construção e afirmação da identidade cultural brasileira e recebe, assim, o título de Patrimônio Cultural do Brasil.

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC p.) do IPHAN para registro do Marabaixo como patrimônio do Brasil apontou a ocorrência desta manifestação em um total de 36 comunidades, dentre elas o Quilombo do Curiaú (IPHAN, 2013.)

Isto significa que o Marabaixo passou a ser Patrimônio Cultural e Imaterial do Brasil.

O nome da manifestação cultural remonta às mortes de negros escravizados em navios negreiros que eram jogados na água.

Em sua homenagem, hinos de lamento eram cantados **mar abaixo, mar acima**.

Posteriormente o Marabaixo se integraria à vivência religiosa das comunidades negras do Amapá, como o Curiaú, que o realizam quando, por meio de promessas, alcançavam as graças pedidas às suas entidades de devoção.

A importância histórica e a relevância para a fé do povo negro amapaense manifestada através desta expressão, consiste em homenagens que ocorrem durante o **ciclo do Marabaixo**, que começa sempre na Páscoa e termina no Domingo do Senhor (primeiro domingo após Corpus Christi).

Está presente principalmente nos bairros do Laguinho e Santa Rita, na zona urbana de Macapá, mas também em outras comunidades negras do Amapá, como: Mazagão Velho, Campina Grande, Lagoa dos Índios, Coração, no quilombo do Curiaú, Maruanum, entre outras.



Roda de Marabaixo durante o Tambor da Liberdade na Maloca da Tia Chquinha no Curiaú de Dentro em maio de 2022.

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo, 2022.

Marabaixo no Quilombo do Curiaú

A tradição marabaixeira está associada ao fazer religioso do catolicismo popular em louvor a diversos santos e também aos sincretismos da religiosidade afro-brasileira.

Sua herança é deixada de pais e mães para seus descendentes.

O Marabaixo no Quilombo do Curiaú tem seu auge entoado nas festividades de Santa Maria na comunidade do Curiaú de Fora, ocorrida em 31 de maio, e São Tomé no Curiaú de Dentro, em 21 dezembro.

O Marabaixo no Quilombo do Curiaú, segundo Silva (2004), começa com o corte do mastro, feito de uma árvore chamada **pau-espírito-santo**, que está em extinção na comunidade. A casca dessa árvore é medicinal, mas ao extraí-la a árvore fica danificada, sujeito a morte.

Silva (2004) explica que o mastro é colocado no local onde vai ser realizado o Marabaixo (sede, casa ou barracão). Na tarde do festejo, uma multidão de todas as faixas etárias se dirige a uma mata para quebrar os galhos de muteiras, **uma árvore que até pouco tempo era sagrada**. As rameiras enfeitam o mastro.

É uma grande alegria por parte dos brincantes que vão de cavalo, bicicleta e de pés. Os tocadores de caixas em número de dois ou três são acompanhados pelos cantadores de **ladrão**, apropriado ao momento (SILVA, 2004).

Esse momento possui uma atmosfera de alegria, ao som do tom forte do toque do tambor, apoiado pelos cantos, fogos e bebidas. Todos cantam e gritam.



Painel do artista plástico M Silva, a obra representa o corte do mastro para as festividades da comunidade regada ao som das caixas de Marabaixo.

Fonte: Arquivo pessoal de M Silva. 2022

Tambor da Liberdade

O Tambor da Liberdade é um festejo idealizado e realizado por Pedro dos Santos conhecido popularmente como Pedro Bolão. Acontece na Maloca da **Tia Chiquinha** no Curiaú de Dentro.

Esta festividade ocorre em 13 de maio em homenagem ao nascimento de sua avó dona Benedita Carlota do Rosário (**Mãe ou Tia Cambimba**), primeira mulher nascida no quilombo do Curiaú em 13 de maio de 1988.

De acordo com sua neta Esmeraldina Santos seu nascimento foi celebrado pelo pai Benedito Antônio Ramos (seu **Folha Fina**) com a tirada de uma **bandaia** (**cantida do Batuque**), denominada 13 de maio, para comemorar seu nascimento e também a abolição da escravatura no Brasil.

Dona Benedita Carlota do Rosário foi uma mulher que muito contribui pela cultura e desenvolvimento da comunidade do Curiaú.

O festejo do Tambor da Liberdade é composto de vários momentos como: palestra sobre letramento racial e antirracismo, missa, apresentações teatrais e apresentações de grupos Batuque e Marabaixo do quilombo e de outras comunidades quilombolas, um especial jantar de comunhão e apresentações musicais com os renomados cantores amapaenses.

Viver a experiência de participar do Tambor da Liberdade em 2022, depois de dois sem a realização em decorrência da pandemia da Covid-19, foi um momento de encantamento e de muita aprendizagem e inspiração, cada detalhe e principalmente o carinho e o acolhimento para com os turistas é cativante.

Quem vive essa experiência voltará à comunidade para novos momentos de comunhão com essas gentes, com a cultura quilombola, para sentir e ver o poder da ancestralidade africana que ressoa nos tambores, nos cantos, nos ladrões, nas bandaias, na dança, na comida, nas bebidas e na indumentária.



The image shows a colorful poster for the 'Tambor da Liberdade' event. At the top, the title 'TAMBOR DA LIBERDADE' is written in large, bold, yellow letters. Below it, in smaller white text, is 'MALOCA DA TIA CHIQUINHA (ROD DO CURIAÚ)'. To the right, a yellow banner with black text says '13 MAIO'. The background is a dark, textured image of a drum. The poster is divided into sections: 'PROGRAMAÇÃO' (Program) and 'ATRAÇÕES' (Attractions). The program section lists four items: 16h Roda de conversa com Maria das Dores / Tema: Racismo estrutural; 17h Apresentação teatral; 19h30 Missa Afro; 21h Jantar e show com artistas locais. The attractions section lists two columns of names: Adelson Preto, Aureliano Neck, Laura do Marabaixo, Gurpo de Marabaixo Torção do Matapi, Grupo Raizes do Bolão, Fineias Nelluty, Mayara Braga, Brenda Melo, Amadeu Cavalcante, Nani Rodrigues, and Silmara Lobato. At the bottom, there are logos for 'SECULT Secretaria de Estado da Cultura', 'AMAPÁ GOVERNO DO ESTADO', 'EVANDRO MILHOMEM', 'Leda', 'FUMCULT', and 'MACAPÁ'.

TAMBOR DA LIBERDADE
MALOCA DA TIA CHIQUINHA (ROD DO CURIAÚ)

13 MAIO

PROGRAMAÇÃO

16h Roda de conversa com Maria das Dores / Tema: Racismo estrutural.
17h Apresentação teatral
19h30 Missa Afro
21h Jantar e show com artistas locais

ATRAÇÕES

- Adelson Preto
- Aureliano Neck
- Laura do Marabaixo
- Gurpo de Marabaixo Torção do Matapi
- Grupo Raizes do Bolão
- Fineias Nelluty
- Mayara Braga
- Brenda Melo
- Amadeu Cavalcante
- Nani Rodrigues
- Silmara Lobato

APOIO CULTURAL

SECULT
Secretaria de
Estado da Cultura

AMAPÁ
GOVERNO DO ESTADO

EVANDRO
MILHOMEM

Leda

FUMCULT

MACAPÁ

Folder da programação do Tambor da Liberdade festividade que tradicionalmente ocorre em 13 de maio no Curiaú de Dentro.

Fonte: Arquivo pessoal do Mestre Pedro Bolão, 2022.

Bandaia (cantida de Batuque) em Homenagem ao
nascimento de Benedita Carlota do Rosário em 13
de maio de 1888 no Quilombo do Cuiraú.
13 de Maio

Foi no dia 13 de maio
No quebrar de uma açucena
Provinça quebrou a mão
Ai que me deixou muita pena

Cala boca meu compadre
Escute o caso primeiro
Vamos socar o mastrus
Que eu tenho no meu terreiro

Foi no dia 13 de Maio
No quebrar de uma açucena
Provinça quebrou a mão
Ai que me deixou muita pena

Valei-me Nossa Senhora
Senhora de Nazaré
Ponciano e Santo Antônio
Folha Fina no Ambé

Foi no dia 13 de Maio
No quebrar de uma açucena
Provinça quebrou a mão
Ai que me deixou muita pena

(Autor Benedito Antônio Ramos/ Folha Fina)





Apresentação de Raízes do Bailão
Fonte: Wanda Borges, arquivo da pesquisa de campo 2022



Missa do Tambor
Fonte: Wanda Borges, arquivo da pesquisa de campo 2022

PEÇA TEATRAL EM HOMENAGEM A HOMENAGEADA DO TAMBOR, TIA CHIQUINHA
FILHA DE DONA BENEDITA CARLOTA DO ROSARIO HOMENGEADA DA FESTA. ESSA
PEÇA TEATRAL É UMA CRIAÇÃO DA CIA CANGAPÉ DE TEATRO DE MACAPÁ.



Tia Chiquinha

Fonte: Wanda Borges, arquivo da pesquisa
de campo 2022



Atos da Peça

Fonte: Wanda Borges, arquivo da pesquisa de campo 2022

CALENDÁRIO DAS FESTAS DE SANTO DO QUILOMBO DO CURAIÚ

MÊS/DIA	SANTO	SONS	LOCAL
JANEIRO/ 20	SÃO SEBASTIÃO	BATUQUE	CURIAÚ DE DENTRO/BAIXO
FEVEREIRO/11	SÃO LÁZARO	BATUQUE	CURIAÚ DE DENTRO/BAIXO
ABRIL/ 19	SANTO EXPEDITO	BATUQUE	CURIAÚ DE DENTRO/BAIXO
MAIO/ 30	SANTA MARIA	MARABAIXO	CURIAÚ DE FORA/CIMA
JUNHO/13	SANTO ANTÔNIO	BATUQUE	CURIAÚ DE DENTRO/BAIXO
JULHO/ 20/21	SANTO ANTÔNIO DA PASSAGEM	BATUQUE	CURIAÚ DE DENTRO/ BAIXO
AGOSTO/9 A 18	SÃO JOAQUIM	BATUQUE/LADAINHA	CURIAÚ DE DENTRO/BAIXO
OUTUBRO	SÃO BENEDITO	BATUQUE	
DEZEMBRO 8/12 NSC 12/12 NSG 21/12 S T	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - 08/12 NOSSA SENHORA DE GUADALUPE - 12/12 SÃO TOMÉ - 21/12	BATUQUE MARABAIXO MARABAIXO	CURIAÚ DE FORA/ CURIAÚ DE DENTRO

MANIFESTAÇÕES AFRO-ARTÍSTICAS

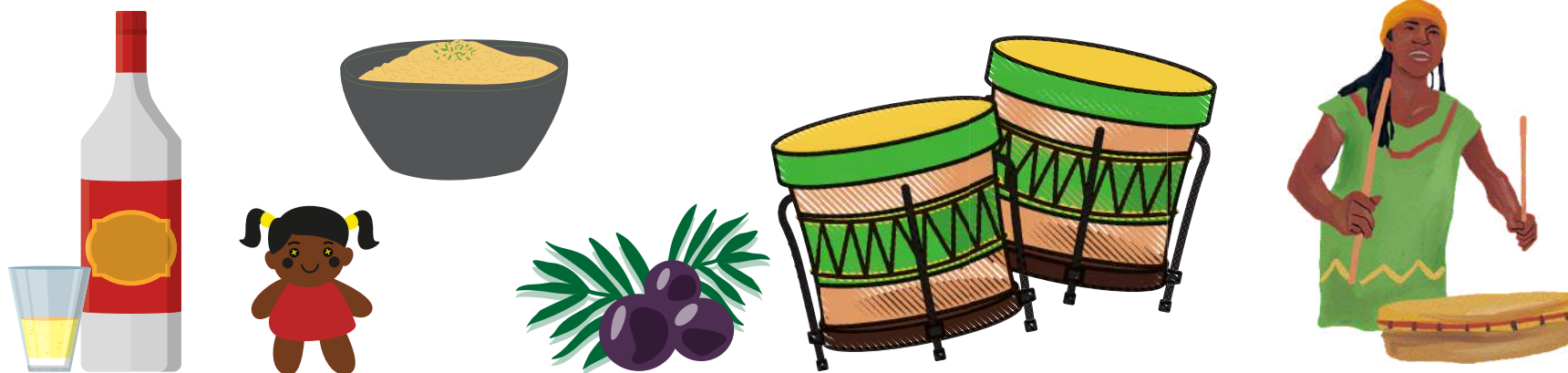
As comunidades do Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro, representam os maiores núcleos populacionais do Quilombo do Curiaú, correspondem a mais de trezentas famílias, segundos os moradores.

Nestas vilas acontecem à efervescência cultural e econômica do local com a maioria das festas dos Santos, com presença de restaurantes, malocas, ateliê, oficina de caixas e tambores, igrejas, casa de forno (farinha), museu e o balneário do Curiaú.

Os festejos dos Santos são regados de Batuque e Marabaixo, oportunizando a apresentação dos grupos culturais da comunidade e de outras comunidades.

Batuqueiros e marabaixeiros são uma atração à parte e movimentam o quilombo e a economia.

Eventos com apresentações que atraem turistas de Macapá e de outros municípios do Amapá e, também de outros estados do Brasil e até da Europa.



Bloco Carnavalesco KULEMBÉ

O carnaval é uma das maiores manifestação cultural do povo brasileiro, essa festa não poderia ficar de fora do contexto cultural do quilombo do Curiaú Assim, foi criado o **Bloco KULEMBÉ** em 2019 para compartilhar os bons momentos entre suas gentes.

O Bloco é composto por caixas de marabaixo, repique de vara, caixa guerreira e surda. Os instrumentos são confeccionados por Pedro Bolão, um dos idealizadores do bloco.

O termo "**Kulembé**" vem da África que significa "**algo velho**", "**roupa velha**".

No quilombo do Curiaú os pretos velhos diziam "vou vestir meu Kulembé" quando iam para a roça assim relata mestre Pedro Bolão.

O mestre reforça que o bloco Kulembé vem desenvolvendo um trabalho significativo dentro da comunidade com ritmos, no sentido de chamar a atenção dos mais jovens e das crianças, a fim de mostrar que o Marabaixo e Batuque podem se encaixar em outros ritmos da música brasileira, para que os jovens quilombolas possam valorizar mais a sua cultura.



A estreia do bloco em 2019 reuniu cerca de 400 brincantes. Todo seu percurso foi feito em meio aos carros na Rodovia do Curiaú, encerrando com uma grande festa na **Maloca da tia Chiquinha**, uma festa multicultural.

Além do tradicional percurso na Rodovia do Curiaú, o bloco realiza todos os domingos de carnaval o seu ensaio e esquentar na Maloca. Já se apresentou no Carnaval do Bar do Abreu, CarnaCult e esteve presente no 5º Tambor da Liberdade.

Segundo mestre Pedro Bolão o ritmo denominado **maraxé**, resultado da junção Marabaixo e axé, embala o carnaval do bloco Kulembé.

Durante o período da pandemia da covid-19, as atividades do bloco ficaram suspensas, voltando agora em 2022 com um esquentar, um carnaval fora de época, que ocorreu em julho deste ano.

Esquentar do Bloco Kulembé na Maloca da Tia Chiquinha.



Foto: Adelson Pinto, cantor e coordenador do Kumbelé. Fonte: Rede Amazônica



Bloco Kulembé na rua em 2019.
Fonte: Secretaria de Cultura do Estado Amapá 2019

Grupo de Batuqueiros e Marabaixeiros Raízes do Bolão

O premiado grupo Raízes do Bolão, formado por oito pessoas (quatro tocadores/cantores e quatro cantadeiras) mantém a tradição de cantar os ladrões de marabaixo.

Os **ladrões** são uma espécie de **cânticos** que falam de diversas situações do cotidiano e de temas religiosos.

Esse grupo utiliza tambores de marabaixo, fabricados pelo mestre Pedro Bolão, e apresenta também o batuque (bandaias), tocados em tambores cavados em troncos de árvores e em pandeirões, que remetem a influência da cultura moura.



Apresentação do grupo em Dourados/MS.

Fonte: Arquivo pessoal mestre Pedro Bolão (2019)

Os artistas populares do Quilombo do Curiaú

O Curiaú tem entre seus filhos ilustres e grande divulgador da cultura curiauiense, o agricultor, escritor e jornalista **Sebastião Menezes da Silva**, o **Sabá Curió**.

Apesar de pouca escolaridade, possui um talento imenso para escrever e contar a história do seu povo.

Sabá é autor de vários livros, dentre eles **Curiaú: a resistência de um povo (2004)**, obra usada como referência neste trabalho e por demais estudiosos do Curiaú.

Sabá é uma caixinha de surpresa a medida que você vai aprofundando a conversa,

Há 12 ano criou o **Jornal Artesanal do Quilombo**, para informar a comunidade com seus editoriais. Esse jornal tem circulação mensal no quilombo.

Sabá Curió



Silva autografando suas obras.

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo (2020) e Arquivo Pessoal de Sebastião Menezes da Silva

Dona Esmeraldina dos Santos

Pedagoga, artesã, dançadeira de Marabaixo e escritora. Orgulho dos curiauienses. Tem em sua bagagem a escrita de vários livros infantis e paradidáticos, como "**O melhor caminho é a escola**" e "**Relatos de viagem**", ambos de 2014. Segundo Esmeraldina a sua obra especial sobre o Curiaú intitula-se "**História do meu povo**" (2002). Foi a patrona da primeira Feira do Livro do Amapá, em 2012. Já viajou pelo Brasil com o Grupo Raízes do Bolão pelo projeto Sonora Brasil, cantando e dançando Batuque e Marabaixo.



Esmeraldina Marabaxeira; Esmeraldina Artesã; e Esmeraldina Escritora.
Fonte: Wanda Borges, pesquisa de campo (2020) e arquivo pessoal de Esmeraldina Santos

Dona Esmeraldina tem um projeto sobre contações de estórias chamado "As aventuras de dona Florzinha". Em outubro de 2021, essas estórias foram gravadas em vídeo no Curiaú, com participação de crianças e de um batuqueiro local.

Um momento de muita aprendizagem e de conexão com a história e a cultura do Curiaú. As crianças assistiram e ouviram as estória contada por Esmeraldina, entoando as canções junto com a autora e o batuqueiro.

Sem dúvida, um momento marcante, emocionante, uma inspiração, uma vivência peculiar e exclusiva dessa comunidade que respira ancestralidade, alegria e esperança em manter todo seu legado cultural na memória e vivência de suas gentes.





Mestre Pedro Bolão

Famoso curiauiense, também é uma personalidade importante no Quilombo.

Atuante na comunidade, é comprometido com a valorização da cultura de seu povo. Em reconhecimento ao seu trabalho de divulgação da música tradicional do quilombo do Curiaú, no Brasil e no mundo, recebeu o título de **Mestre da Cultura Popular**, titulação concedida pelo Ministério da Cultura.

É fundador do Grupo Raízes do Bolão, artesão especialista em tambores e caixas de batuque e Marabaixo, um exímio moveleiro.

É organizador do Tambor da Liberdade, evento que acontece anualmente na maloca da Tia Chiquinha, criadora do evento.

É dos maiores conferencista sobre a cultura quilombola curiauiense. Presença constante em eventos públicos e privado no Estado.

Fonte: Wanda Borges arquivo da pesquisa de campo (2020) e arquivo pessoal do mestre Pedro Bolão

M Silva

Rosinaldo Miranda Silva, 48 anos, artista plástico conhecido como **M Silva**, é também filho talentoso do Curiaú. Começou sua carreira nas artes plásticas em 1995, quando estudou na Escola de arte Cândido Portinari em Macapá. Nessa escola aprimorou seu talento pelo desenho e pintura. Teve como mentora dona Orlandina Banha, foi através dela que teve o primeiro contato com as artes. Hoje vive da sua arte com muito orgulhoso e alegria.

M Silva já realizou várias exposições coletivas com artistas renomado amapaense e fora do país e só depois de muito tempo realizou sua primeira exposição individual.

Além das artes plásticas M Silva, atuou também nas artes cênicas no teatro. Foi durante quinze anos servidor da Biblioteca Elcy Lacerda em Macapá, onde teve contato com o teatro e exercitou seu talento de ator em peças teatrais destinado ao público infanto juvenil.



M. Silva e sua tela Deck do Curiaú



Rebanho pastando

Suas obras podem ser percebidas em vários espaços do quilombo e fora dele, como: comércios, restaurantes, bares, escolas e residências.



O Artesão



O Guardião



Painei Curiaú



M. Silva e seu painel A Santa Ceia

PROPOSTA DE ATIVIDADE

1- Após todo conhecimento adquirido sobre os aspectos culturais do Quilombo do Curiaú, sugerimos como atividade uma pequena mostra cultural, onde a turma dividida em grupos, poderá confeccionar murais sobre:

- a) Das principais festas de Santo ocorridas no Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro;
- b) Dos artistas (escritores, pintores, compositores e artesão) e suas obras;
- c) Dos survinis (lembrancinhas) feito por artistas e artesão do quilombo;
- d) Da Gengibirra, receita e modo de preparo;
- e) Das indumentárias (roupas) usadas por homens, mulheres e crianças nos festejos, apresentação de Batuque e Marabaixo
- f) Dos instrumentos usados no Batuque e Marabaixo;
- g) Dos pontos turísticos do quilombo



LISTA DE REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia Maria; ALVES, Ronaldo Cardoso; SILVA, André Chaves de Melo. **Ensino de História**. [S.l: s.n.], 2010.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**; tradução Júlia Romeu. 1ª ed- São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 5.ed, - São Paulo: Cortez, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL, **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece que as diretrizes e bases da educação básica nacional, para incluir no currículo oficial da rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e, das providências. Lex: Diário Oficial da União, Câmara dos Deputados, Brasília/DF, Seção 1, p.1, de 10 de janeiro de 2003.
- BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- BRASIL Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRITO, Dagunete M. C.; BASTOS, Ananda B.; BASTOS, Cecília M. C. B. **Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú em Macapá/AP: territórios de resistência e a legalização de áreas**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 40, e6498864988, 2022. DOI: 10.12957/geouerj.2022.64988
- BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a História** -Metodologia do Ensino da História. Curitiba: Base Editorial, 2012.
- CANTUÁRIA, Eliane Ramos e Ribeiro Adalberto Carvalho. **Atores na governança da APA do Rio Curiaú: Relações nem tanto harmoniosa**, VI Encontro Nacional da Anppas, Belém, 2016.
- DOMINGUES, P. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. Senac, 2003. 22p.
- FONSECA, Selva Guimarães, (Org.). **Ensinar História: formação, saberes e práticas educativas**, - Campinas, SP: editora Alínea, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações sociais civis no Brasil contemporâneo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Aletria: alteridades em questão. Belo Horizonte, v. 6, n.9, p. 38-47, dez. 2002.

_____. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

_____. Educação cidadã, etnia e raça: O trato pedagógico da diversidade In: CAVALLEIRO, Eliane (org.) **Racismo e anti-racismo na educação – repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

IBGE. Noções Básicas de Cartografia. Disponível em

<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/introducao.html>. Acesso em 07 de dezembro de 2019.

JOSÉ DA SILVA, Giovani; MEIRELES, Marinelma Costa. **Orgulho e preconceito no ensino de História no Brasil**: reflexões sobre currículos, formação docente e livros didáticos. Revista Crítica Histórica, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 7-30, 2017. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/3539> Acesso em: 29 abr. 2022.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Nascidos no Curiaú**. Belém: NAEA/ UFPA, 1997

_____. et al. Quilombolas do Curiaú: conflitos socioambientais não resolvidos com a criação da APA do Curiaú. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: UEA, 2010. p. 170-178. (Cadernos de debates nova cartografia social, n. 2).

NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil**: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História, nº 25/6. São Paulo, ANPUH, 1993, p. 143-162.

NASCIMENTO, Beatriz. “Quilombos”: mudança social ou conservantismo? (1976). In: **União dos Coletivos Pan-africanistas** (org.). Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual :Possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018

NASCIMENTO, Beatriz. Historiografia do Quilombo (1977). In : União dos Coletivos Pan-africanistas (org.). Beatriz Nascimento, **Quilombola e Intelectual**: Possibilidade nos dias de destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 2.ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação palmares/OR Editor Produtor, 2002.

NAVARRO, Eduardo A. **Dicionário tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil : vocabulário português-tupi e dicionário tupi-português, tupinismos no português do Brasil, etimologias de topônimos e antropônimos de origem tupi. . São Paulo: Global. . Acesso em: 09 nov. 2022. , 2015

OLIVEIRA, Edna dos Santos. **Da tradição oral à escritura: a história contada no Quilombo de Curiaú** / Edna dos Santos Oliveira. -- Campinas, SP: [s.n.], 2006.

PEREIRA, Amílcar A. Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** - ANPUH • São Paulo, julho 2011.

PEREIRA, Marilda Leite. **Contribuições da Escola José Bonifácio para a fortalecimento da identidade Cultural e Territorial do Quilombo do Curiaú**. Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Isabel Aparecida. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.) **Racismo e anti-racismo na educação - repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

SANTOS, H. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro: Ibase, n. 3, 1999.

SILVA, A. J. S. da. A cultura negra no Amapá. **História tradição e políticas públicas**. Edição do autor, 2014.

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED - Centro Editorial Didático e CEA0 - Centro de Estudos Afro - Orientais, 1995, p 34; 47; 135.

SILVA, Marlon Miranda da, **1974- Aspectos fonológicos e morfológicos da fala do Quilombo do Curiaú**, Amapá, Brasil / Marlon Miranda. Belém - PA, 2016.

TRINDADE, J.S.B. **Lavrando a memória, cultivando a terra: o direito de dizer e fazer a roça no quilombo do Curiaú-AP**. 200 p. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Belém: UFPA, 2015.

VIDEIRA, Piedade Lino, **Batuques, folias e ladainhas: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua Educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

WALSH, Catherine. Intercultural idade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

LINKS

[gl.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/08/10/festa-de-sao-joaquim-tem-rodas-de-batuque-e-ladainhas-em-quilombo-do-amapa.ghtml](http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/08/10/festa-de-sao-joaquim-tem-rodas-de-batuque-e-ladainhas-em-quilombo-do-amapa.ghtml)/acessado em junho 2020

<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>

